

Pesquisa Quantitativa Regular

Edição nº 05

Junho de 2010

Índice

INTRODUÇÃO	3
1. METODOLOGIA.....	4
2. PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL NA ATUALIDADE	12
3. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	26
4. SAÚDE E EDUCAÇÃO	33
5. TEMAS ATUAIS	40
6. AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL	47
7. FONTES DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	57
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados correspondentes à quinta Pesquisa Regular de avaliação dos programas e ações do Governo Federal e também delinear análise comparativa do histórico de um ano de realização do estudo.

No capítulo 1 serão apresentados os principais aspectos metodológicos referentes à pesquisa. Inicialmente serão descritos os procedimentos de amostragem, os processos de preparação e realização da coleta de dados. Também serão descritos os procedimentos de controle de qualidade da coleta de dados, processamento das informações e análises estatísticas dos dados.

Nos capítulos subseqüentes serão apresentados os resultados referentes aos temas abordados nesse estudo: percepção da atual situação do Brasil, programas governamentais, saúde e educação, temas atuais, avaliação do Governo Federal, fontes de informação e comunicação.

O trabalho de coordenação central de campo foi desenvolvido por Jalcira das Virgens. O gerenciamento de base de dados e informações foi efetuado pelo matemático Jonas Hendler Carlos. O plano amostral da pesquisa foi elaborado pelo Estatístico Juscelino Zemiacki, Diretor Técnico de Pesquisas e Estatísticas da empresa Meta Instituto de Pesquisas de Opinião. A análise dos dados foi realizada pelo Doutor em Sociologia Flavio Eduardo Silveira e pelo Estatístico Juscelino Zemiacki. A apresentação dos dados foi preparada e realizada pela socióloga Laura Neis. A coordenação geral do trabalho foi de responsabilidade do sociólogo Dr. Flavio Eduardo Silveira, Diretor Presidente do Instituto de Pesquisa Meta.

1. METODOLOGIA

1.1. Objetivos

O estudo teve por objetivo geral investigar as percepções da população brasileira em relação à atual situação do país, aos programas e às ações do Governo Federal, às políticas públicas desenvolvidas e aos temas conjunturais, de forma a contribuir para orientação dos esforços de comunicação do governo.

1.2. Definição do público-alvo

“População maior de 16 anos residente em domicílios particulares permanentes do território brasileiro”.

1.3. Modalidade da pesquisa, método e técnica de coleta de dados

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa de natureza quantitativa, pelo método de coleta de dados por *survey*, com técnica de entrevista pessoal domiciliar.

1.4. Processo de amostragem e tamanho da amostra

O processo de amostragem para seleção de uma amostra da população definida obedeceu aos seguintes estágios:

- Primeiro estágio: seleção de uma amostra aleatória de setores censitários, por região geográfica do país, segundo cadastro de setores censitários dos resultados do universo do Censo Demográfico de 2000-IBGE;
- Segundo estágio: seleção de uma amostra de domicílios em cada um dos setores selecionados na etapa anterior, a partir de um processo de amostragem probabilístico sistemático; e

- Terceiro estágio: seleção de uma pessoa em cada domicílio para responder ao questionário da pesquisa, a partir de um processo de amostragem não-probabilístico por quotas se sexo, idade e faixa de rendimento nominal mensal.

O número de entrevistas realizadas por região geográfica, assim como a margem de erro para as estimativas de proporção para cada região, com uma confiança de 95%, é apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 1.1 - Tamanho de amostra e precisão estatística por região geográfica e Brasil

Região	Amostra	Precisão Estatística (%) *
Norte	600	4,0
Nordeste	1.000	3,1
Sudeste	1.500	2,5
Sul	800	3,5
Centro-oeste	600	4,0
Nacional	4.500	1,7

*Erro amostral máximo considerando-se o processo de amostragem aplicado e confiança de 95%.

O número de domicílios a serem pesquisados por setor censitário foi definido entre 12 a 20 domicílios. A partir dessa definição do número de domicílios a serem pesquisados em cada setor censitário e do tamanho amostral de cada região geográfica foi definido o número de setores censitários pesquisados por região geográfica.

QUADRO 1.2 - Tamanho de amostra e número de setores por região geográfica

Região	Amostra	Setores
Norte	600	46
Nordeste	1.000	74
Sudeste	1.500	110
Sul	800	60
Centro-oeste	600	45
Total	4.500	335

Fonte: Agregado de Setores censitários
Censo 2000 - IBGE

A lista completa de municípios que fizeram parte da amostra, com os respectivos quantitativos de setores censitários selecionados para a mesma, é apresentada no Anexo I – Municípios da amostra. A fonte de dados secundários utilizada nesta fase do processo de amostragem foi a base “Agregado de Setores Censitários - Censo 2000”.

Todas as unidades federativas do país fizeram parte da amostra pesquisada. A distribuição amostral de cada estado foi proporcional ao total da população residente em domicílios particulares permanentes de cada estado, em setores censitários comuns ou não especiais e setores de aglomerados subnormais, dentro de cada Região Geográfica. A observância dessa proporcionalidade foi essencial para se garantir estimativas regionais livres da disparidade populacional de cada estado. O quadro a seguir apresenta o tamanho amostral de cada unidade da federação, de acordo com seus parâmetros populacionais.

QUADRO 1.3 - Tamanho de amostra pesquisada por Unidade Federativa, de acordo com distribuição da população residente em domicílios particulares permanentes, em setores censitários comuns ou não especiais

	% da população	Amostra
Amostra nacional		4.500
Norte	100,0	600
Rondônia	11,0	66
Acre	4,0	24
Amazônia	21,0	126
Roraima	3,0	18
Pará	48,0	288
Amapá	4,0	24
Tocantins	9,0	54
Nordeste	100,0	1.000
Maranhão	11,0	110
Piauí	6,0	60
Ceará	15,0	150
Rio Grande do Norte	6,0	60
Paraíba	7,0	70
Pernambuco	17,0	170
Alagoas	6,0	60
Sergipe	4,0	40
Bahia	28,0	280

QUADRO 1.3 (Continuação)

	% da população	Amostra
Sudeste	100,0	1.500
Minas Gerais	24,0	360
Espírito Santo	4,0	60
Rio de Janeiro	20,0	300
São Paulo	52,0	780
Sul	100,0	800
Paraná	37,0	296
Santa Catarina	21,0	168
Rio Grande do Sul	42,0	336
Centro-Oeste	100,0	600
Mato Grosso do Sul	18,0	108
Mato Grosso	21,0	126
Goiás	43,0	258
Distrito Federal	18,0	108

Fonte: Micro dados da amostra – IBGE, Censo 2000

1.5. Coleta de dados

A pesquisa foi aplicada em uma amostra de 4.500 domicílios, totalizando a realização de 4.500 entrevistas em 335 pontos amostrais (setores censitários), de 240 municípios em todo o país. O período de referência do levantamento é junho de 2010.

1.6. Procedimentos de coleta de dados

A execução do campo dessa pesquisa foi realizada de forma criteriosa, com o cumprimento de procedimentos metodológicos referentes à constituição de equipe de coleta, treinamento de equipe, estrutura e organização logística de campo.

1.6.1. Constituição e treinamento da equipe

Os questionários foram aplicados por uma equipe de 146 entrevistadores de campo, com experiência adequada, escolaridade mínima em nível médio, selecionados em função do seu aproveitamento em um sistema de avaliação permanente do trabalho dos entrevistadores realizado

pela empresa, e devidamente treinados para a coleta de dados dessa pesquisa.

1.7. Métodos de controle de qualidade do campo

Nas pesquisas quantitativas do tipo *survey*, os instrumentos de verificação da coleta são fundamentais para o controle de qualidade do campo. Nessa pesquisa foi adotado um conjunto de mecanismos sucessivos para esse fim, detalhados a seguir.

1.7.1. Supervisão de campo

O coordenador de campo em cada estado acompanhou a realização do campo de seu respectivo estado, verificando o respeito aos critérios de seleção de entrevistados, a efetiva e correta aplicação dos questionários, sanando dúvidas surgidas durante a aplicação.

1.7.2. Checagem

Nessa etapa, foi verificada a efetiva aplicação do questionário e a ocorrência de problemas de aplicação. A equipe de checadores de campo foi composta por profissionais experientes que não participam da coleta de dados. Do total de entrevistas realizadas por cada entrevistador foi sorteada aleatoriamente uma parcela de 20%. O checador retomou o contato com o entrevistado e aplicou o questionário de check, um instrumento ainda não preenchido, composto por questões chave do questionário padrão. Assim, o checador aplicou o instrumento sem conhecer as características do questionário preenchido pelo entrevistador.

1.7.3. Comparação dos questionários

Nessa fase da checagem os instrumentos de check foram comparados aos respectivos questionários aplicados na primeira entrevista. Nos casos onde os dados contidos nos dois instrumentos foram idênticos, a entrevista foi aprovada e o questionário passou para a equipe de crítica e processamento

dos dados. Em caso contrário, o checador retornou a campo para identificar a resposta dada.

1.7.4. Revisão e Crítica dos questionários

Todos os questionários aplicados passaram por uma revisão e crítica, objetivando identificar possíveis erros de preenchimento de questões, erros de “pulo” e respostas que não estejam claramente definidas.

1.8. Digitação dos instrumentos aplicados

A transcrição dos dados para o meio magnético foi feita através de um sistema de entrada de dados por meio de leitura ótica, com programação no software Sphinx. Esse sistema garante maior agilidade e qualidade nessa etapa, eliminando-se totalmente os eventuais erros de digitação, comuns em sistemas usuais de digitação.

Após a leitura e transcrição dos instrumentos para o sistema de entrada de dados, os mesmos foram armazenados em um banco de dados para consistência eletrônica e posterior processamento e análise estatística dos dados.

1.9. Consistência dos dados

Os dados transcritos passaram por um prévio processamento e testes de consistência para a identificação de possíveis atipicidades e falhas de transcrição.

1.10. Processamento de informações e análises estatísticas

1.10.1. Ponderação amostral do banco de dados

Antes do efetivo processamento e análise estatística dos dados, o banco de dados passou por um processo de ponderação individual das observações, decorrente do processo de amostragem proposto. Essa ponderação do banco de dados foi necessária para obtenção de estimativas nacionais mais precisas,

uma vez que o plano amostral proposto, com representatividade por região geográfica, não contemplou de forma adequada os pesos proporcionais ao tamanho populacional de cada região, os quais deverão ser então incorporados ao banco de dados, através da criação de um fator de ponderação para cada unidade amostrada.

Os fatores de ponderação são calculados dividindo-se o percentual populacional pelo percentual amostral em cada nível de representatividade da amostra (no caso as regiões geográficas). No quadro a seguir encontram-se os fatores de ponderação utilizados nessa pesquisa.

QUADRO 1.5 – Fatores de ponderação por região geográfica

Região	Amostra	Fração amostral (%)	Universo	Fração populacional (%)	Fator
Norte	600	13	9.182.504	7	0,53846
Nordeste	1.000	22	34.254.110	27	1,22727
Sudeste	1.500	34	57.187.433	44	1,29412
Sul	800	18	19.534.524	15	0,83333
Centro-oeste	600	13	9.004.277	7	0,53846
Total	4.500	100	129.162.848	100	

Fonte: Agregado de Setores censitários Censo 2000 – IBGE

1.10.2. Análise estatística dos dados

A apresentação e análise dos resultados, divididos por tema, foi realizada por Região Geográfica e Brasil. Esta análise contemplou além de estatísticas descritivas para cada região, análises inferenciais, com comparações das estimativas de proporção obtidas para cada região. O objetivo de análises de comparação entre as regiões geográficas do Brasil foi de verificar diferenças significativas quanto aos resultados da pesquisa e procurar identificar necessidades de ações específicas para cada região. Também foram apresentados resultados comparativos entre os grupos quanto à classificação econômica para as variáveis em que se constatou significância estatística.

Os dados serão apresentados através de estatísticas descritivas, tabelas com estimativas percentuais e gráficos do tipo histogramas e setores. Foram realizadas também análises conjuntas de duas ou mais variáveis quanto as suas relações, dependências ou associações. Nesta etapa foram utilizadas técnicas e testes de comparação de proporção (t-Student com utilização do método de comparação múltipla de Bonferroni), com uma significância de 5%. A utilização da palavra “**significância**” no decorrer do texto deste relatório remete a realização do teste t-Student para comparação de proporções, tendo sido encontrado em cada caso um $p\text{-valor} < 0,05$, o que caracteriza a diferença significativa entre as proporções observadas nos grupos analisados, com uma significância de 5%.

1.11. Características sócio-demográficas da amostra pesquisada

As tabelas a seguir apresentam as características da amostra nacional pesquisada, por sexo, idade e renda.

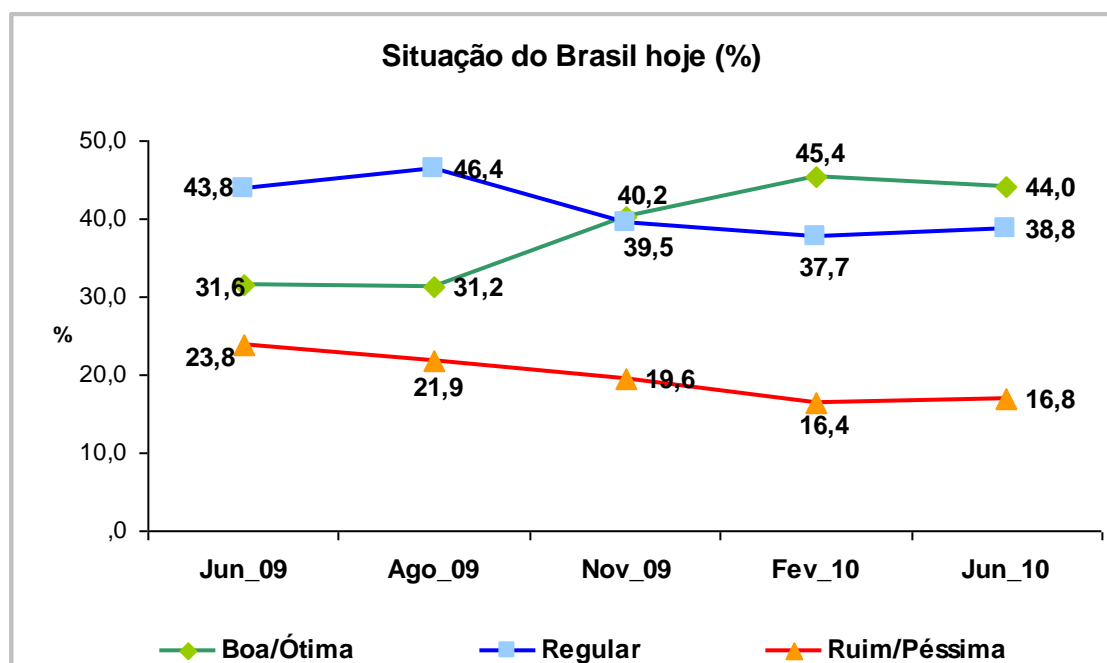
TABELA 1.1 – Amostra pesquisada por sexo, idade, renda, escolaridade e atividade exercida

Características da amostra pesquisada	n	%
SEXO		
Masculino	2.190	48,7
Feminino	2.310	51,3
IDADE		
16 a 24 anos	1.125	25,0
25 a 39 anos	1.521	33,8
40 a 49 anos	797	17,7
50 anos ou mais	1.057	23,5
RENDA FAMILIAR MENSAL		
Até 2 S.M.	1.782	39,6
Mais de 2 até 5 S.M.	1.647	36,6
Mais de 5 até 10 S.M.	715	15,9
Mais de 10 S.M.	356	7,9
Total	4.500	100,0

2. PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL NA ATUALIDADE

Houve considerável evolução positiva da avaliação da situação atual do país no último ano. A proporção dos que consideram esta situação como boa ou ótima superou, a partir de novembro de 2009, o percentual dos que a consideram regular. Houve um aumento significativo da proporção da população que avalia a situação atual do país de forma positiva: em junho de 2009 esse percentual era de 31,6%, alcançando 44,0% um ano depois. O percentual de avaliação negativa (ruim ou péssima) também apresentou uma variação significativa na comparação com o mesmo período de 2009, declinando de 23,8% para 16,8% em junho de 2010. A avaliação da situação atual do país como regular declinou de 43,8% para 38,8% no mesmo período.

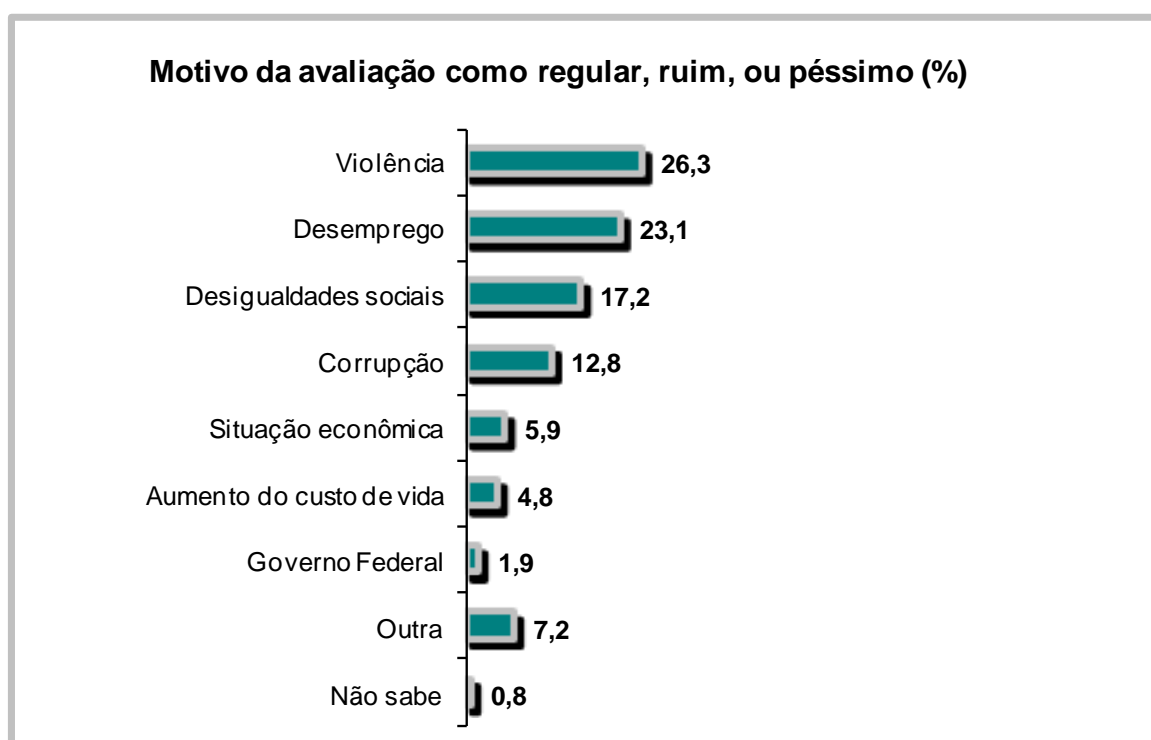
FIGURA 2.1 – Avaliação da situação atual do Brasil, histórico



Entre os principais motivos da avaliação da situação atual do país como regular, ruim ou péssima destaca-se a violência, apontada por 26,3% da

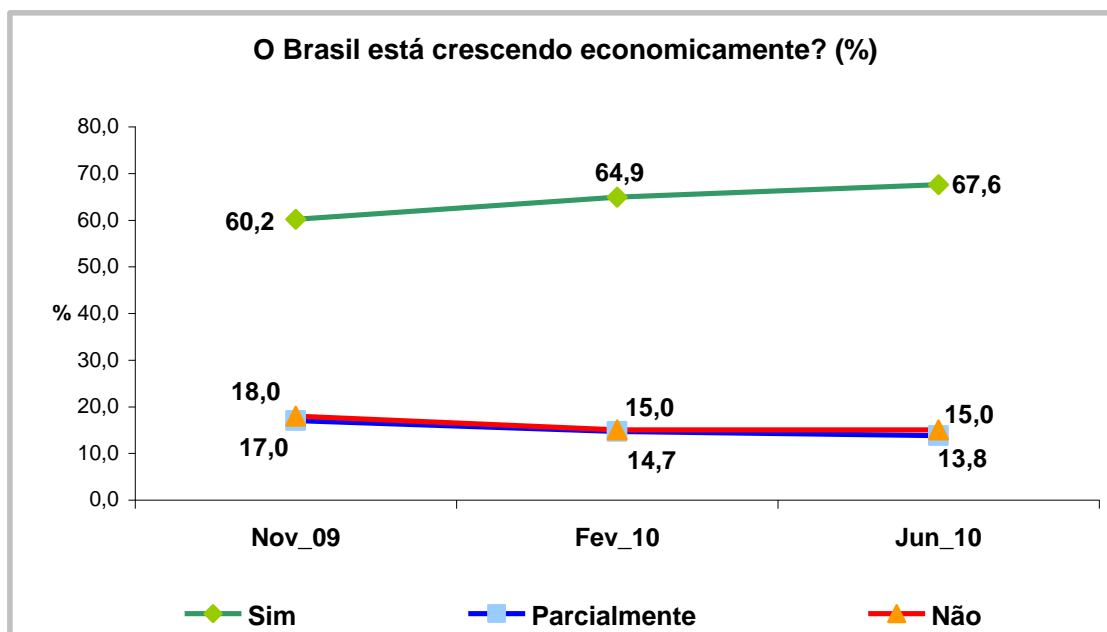
população, o desemprego apontado por 23,1% e as desigualdades sócias, na opinião de 17,2%.

FIGURA 2.3 – Motivos da avaliação da situação atual do Brasil como regular, ruim ou péssima



A percepção de que o país está crescendo do ponto de vista econômico é amplamente majoritária. Para 67,6% da população brasileira o país está atualmente crescendo, enquanto 13,8% perceberam um crescimento parcial, totalizando 81,4% que sinalizaram a percepção de crescimento econômico. Apenas 15,0% dos entrevistados responderam que o Brasil não está crescendo economicamente na atualidade. Na comparação com as pesquisas anteriores, realizadas nos meses de novembro e fevereiro, verificou-se a elevação constante dos percentuais de respostas que sinalizam para a percepção da população de crescimento econômico do país, passando de 60,2% em novembro, para 64,9% em fevereiro, e para 67,6% atualmente.

FIGURA 2.4 – Percepção sobre o atual crescimento econômico do país



A percepção de que o Brasil está crescendo economicamente é maior na Região Nordeste (72,6%) e menor na Região Centro-Oeste (58,0%).

TABELA 2.1 – Percepção sobre o atual crescimento do país, por Região geográfica

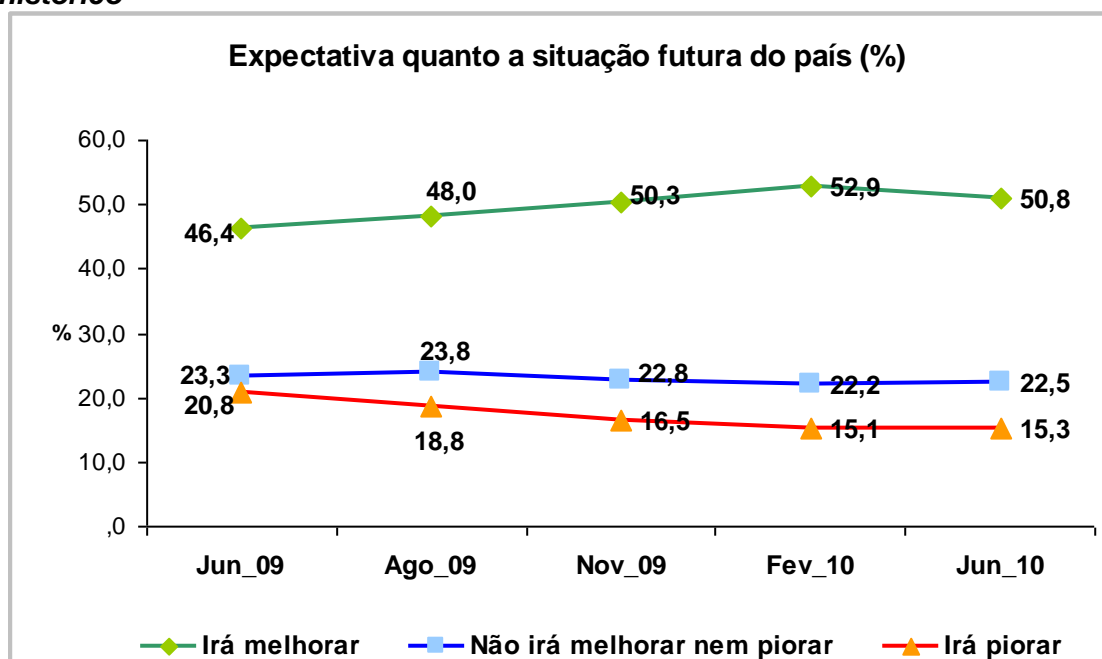
O BRASIL ESTÁ CRESCENDO ECONOMICAMENTE?	Região Geográfica (%)					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Sim	66,6	72,6	67,9	62,6	58,0	67,5
Não	13,8	15,3	14,5	17,0	13,3	15,0
Parcialmente	14,6	8,9	14,4	14,7	25,6	13,8
Não sabe	5,0	3,2	3,2	5,7	3,1	3,7
Tamanhos amostrais por grupo	600	1.000	1.500	800	600	4.500

A expectativa quanto ao futuro do país aponta para uma tendência predominantemente otimista: 50,8% acreditam que a situação do Brasil irá

melhorar nos próximos cinco anos, enquanto que 15,3% acreditam que irá piorar.

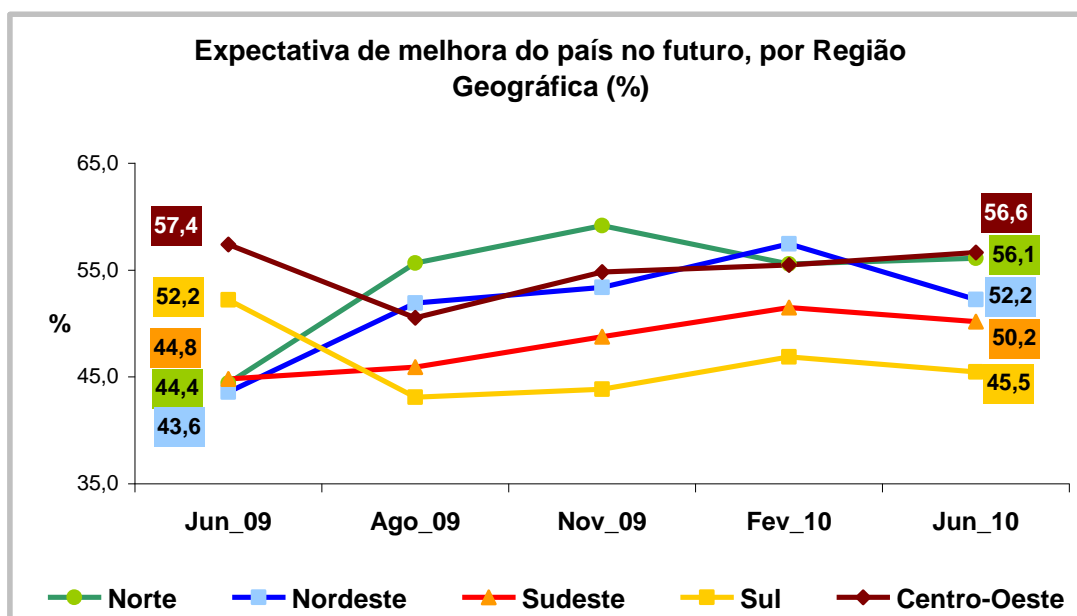
Em comparação com os dados das pesquisas anteriores observou-se uma evolução positiva: há um ano 46,4% acreditavam que a situação do país iria melhorar no futuro, enquanto 50,8% afirmaram o mesmo no levantamento atual. A avaliação de que a situação do país irá piorar declinou de 20,8% para 15,3% no mesmo período.

FIGURA 2.5 – Expectativa da situação do país nos próximos cinco anos, histórico



Nas regiões Norte e Nordeste houve um aumento significativo (p -valor $<0,05$) na proporção da população que acredita que a situação do país irá melhorar, na comparação com o levantamento de junho de 2009, passando de 44,4% para 56,1% na Região Norte, e de 43,6% para 52,2% na Região Nordeste. Nas demais regiões a oscilação desse percentual não é significativa, quando comparados os dois períodos.

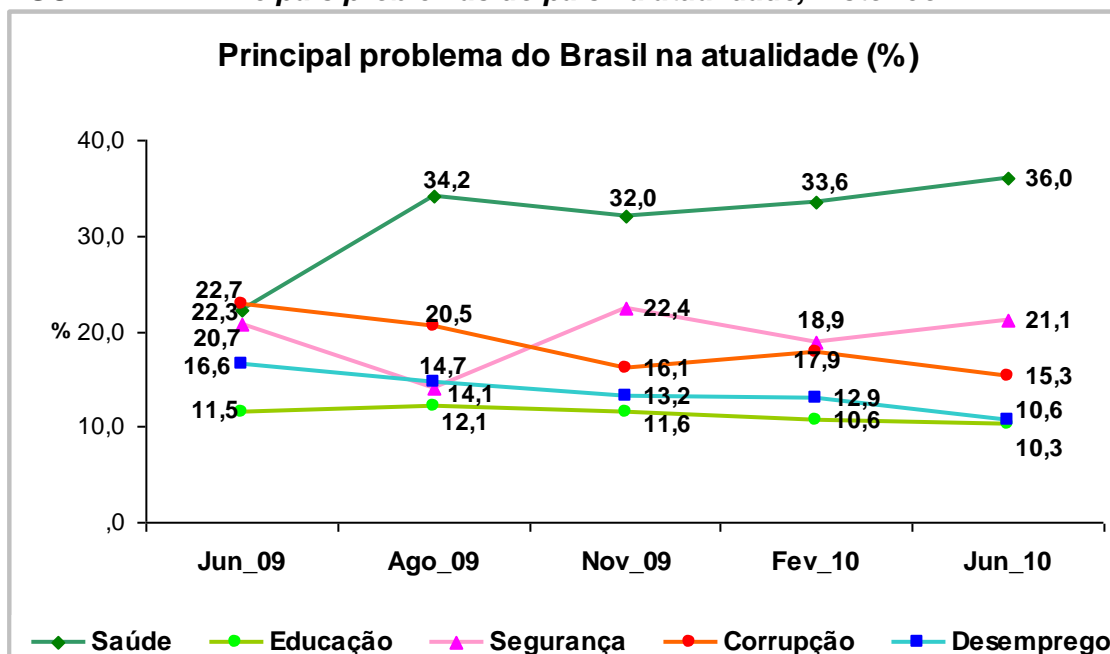
FIGURA 2.6 – Expectativa de melhora da situação do país nos próximos cinco anos, histórico por Região Geográfica



A saúde é apontada por 36,0% da população brasileira como o principal problema do país atualmente, seguido da segurança (21,1%). Outros 15,3% indicaram a corrupção como principal problema, 10,6% o desemprego, e 10,3% a educação.

Comparando com os resultados das pesquisas anteriores verifica-se a manutenção da área da saúde como o principal problema do país, atingindo o maior percentual desde o mês de agosto, quando ocorreu o ápice da gripe AH1N1, alcançando agora a 36,0% das indicações. O segundo principal problema percebido é a falta de segurança, que oscilou os percentuais nos meses de realização da pesquisa, mantendo percentual semelhante entre o primeiro e o último levantamento (23,3% e 21,1%). A proporção da população que percebe a corrupção como o principal problema do país declinou, atingindo o menor patamar desde o mês de junho de 2009, quando esse percentual era de 22,3%. A área do desemprego seguiu tendência de declínio: era 16,6% em junho de 2009 e 10,6% em junho de 2010. A educação manteve regularidade, apresentando proporções semelhantes nos cinco levantamentos realizados.

FIGURA 2.7 – Principais problemas do país na atualidade, histórico



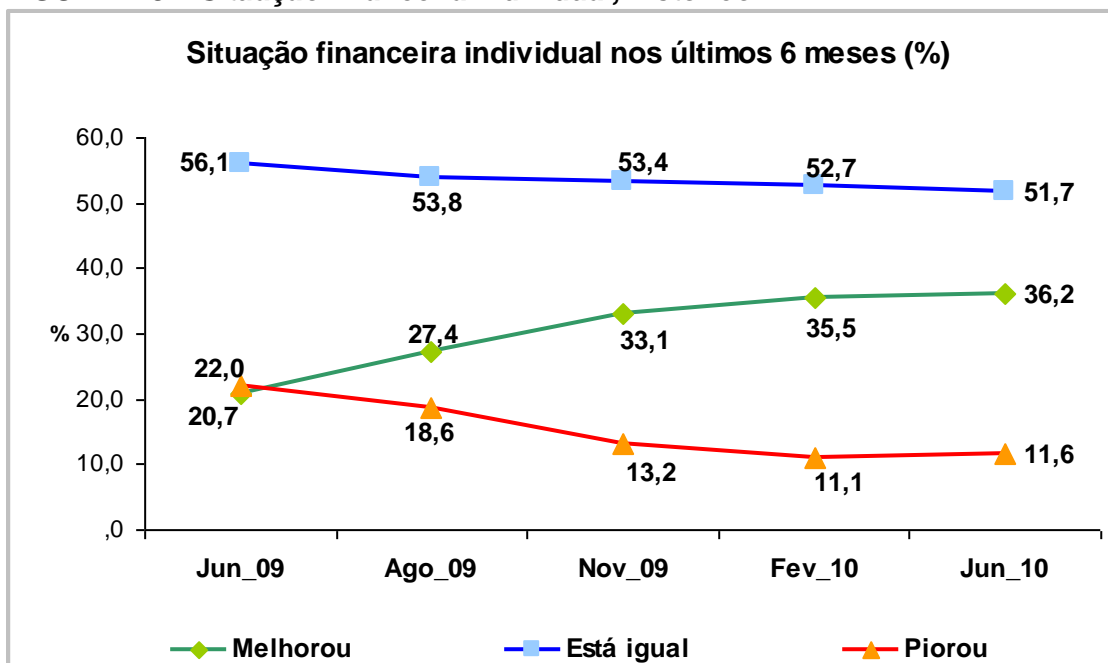
A percepção do principal problema do país apresenta diferenças significativas entre os grupos de faixas de renda familiar. A saúde é apontada como o principal problema por 38,3% da população de famílias com renda mais baixa (2 Salários mínimos ou menos), enquanto que na faixa de renda mais alta (superior a 10 SM), essa proporção corresponde a 26,8%. Por outro lado, a corrupção é apontada como principal problema por 23,1% da população de faixa salarial acima de 10 salários mínimos, enquanto que entre aqueles de faixa salarial mais baixa esse problema foi apontado como principal por 11,3%. Essas diferenças podem ser observadas também em relação à educação: entre os entrevistados de famílias com rendimentos familiares mais baixos (até 5 SM) o percentual da população que percebe esse problema como o principal do país na atualidade é significativamente menor se comparado com o grupo populacional de famílias de rendimento mais alto (mais de 5 SM). Os percentuais relativos ao desemprego como principal problema decrescem na medida em que se elevam os níveis de renda.

TABELA 2.2 – Principais problemas do país na atualidade, por renda familiar

QUAL É O PRINCIPAL PROBLEMA DO BRASIL HOJE?	Renda Familiar (S.M.) (%)				Total
	Até 2	+ de 2 até 5	+ de 5 até 10	+ de 10	
Saúde	38,3	38,1	30,1	26,8	36,0
Educação	7,9	9,6	16,4	14,2	10,3
Habitação	3,3	3,1	4,2	4,7	3,5
Transporte	0,6	1,0	1,2	1,4	0,9
Segurança	20,8	21,3	20,1	23,0	21,1
Corrupção	11,3	15,6	20,6	23,1	15,3
Emprego	14,9	8,9	6,6	4,8	10,6
Meio ambiente	1,3	1,9	0,6	1,6	1,4
Não sabe	1,5	0,6	0,4	0,4	0,9
Tamanhos amostrais por grupo	1.782	1.647	715	356	4.500

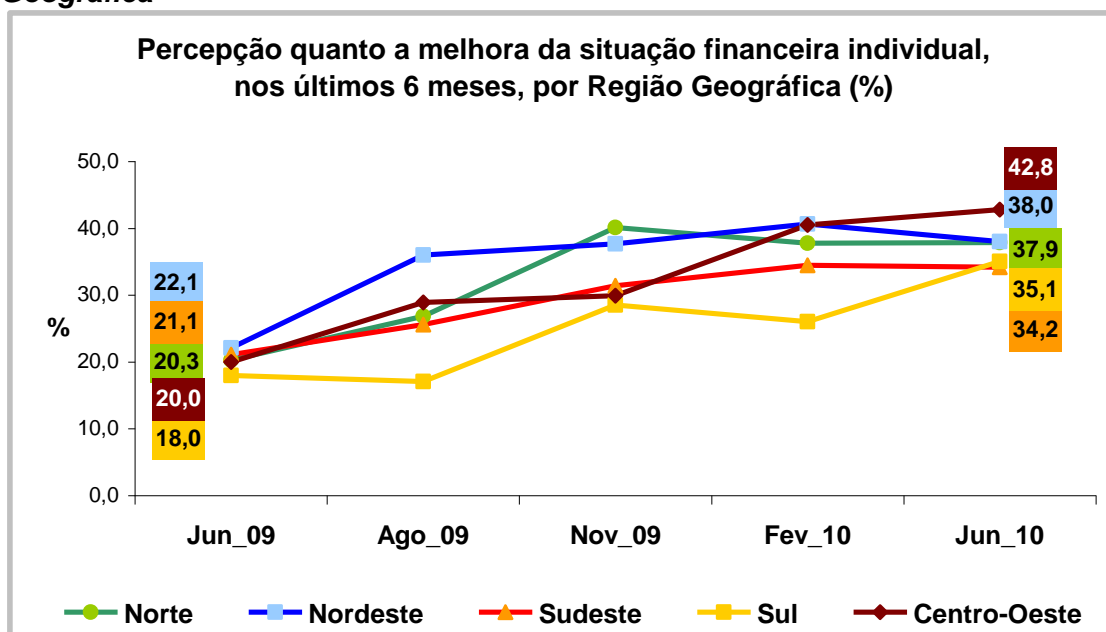
A situação financeira individual é percebida como estável nos últimos 6 meses pela maioria da população (51,7%). Para 36,2% a situação financeira melhorou, e para 11,6% piorou.

Comparando com os dados das pesquisas realizadas nos períodos anteriores, os dados atuais confirmam a tendência de aumento da proporção da população que considera ter melhorado sua situação financeira nos últimos seis meses: em junho de 2009 esse percentual era de 20,7%, alcançando 36,2% atualmente. O percentual relativo à avaliação da situação pior declinou de 22,0% no primeiro levantamento para 11,6% em junho de 2010.

FIGURA 2.8 – Situação financeira individual, histórico

A mesma tendência de aumento da proporção da população que considera ter melhorado sua situação financeira nos últimos seis meses observa-se também na análise histórica por Região Geográfica. Em todas as regiões verifica-se diferença significativa ($p\text{-valor} < 0,05$) da proporção da população que considera ter melhorado sua situação financeira nos últimos seis meses, na comparação entre junho de 2010 e junho de 2009.

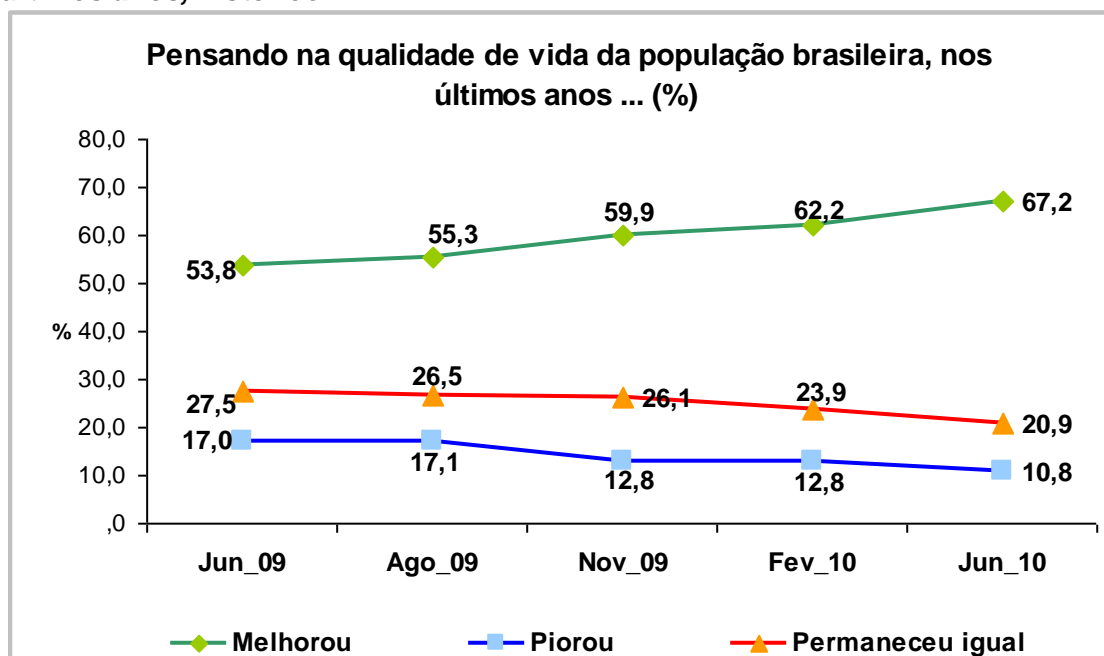
FIGURA 2.9 – Situação financeira individual melhor, histórico por Região Geográfica



A melhoria da qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos é percebida pela maioria da população (67,2%), enquanto que para apenas 10,8% a qualidade de vida piorou.

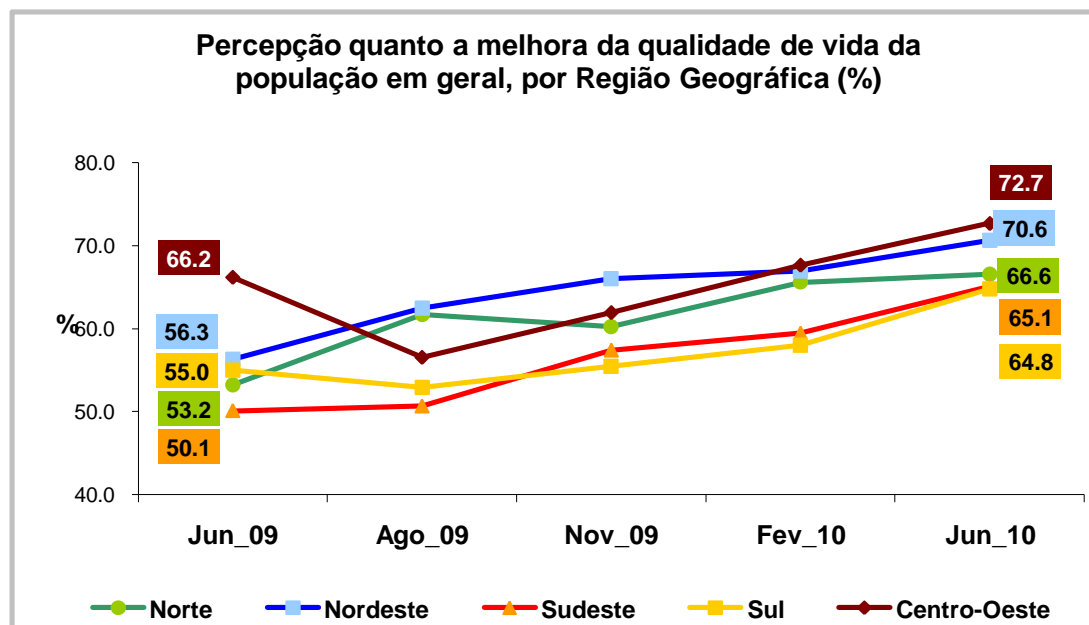
Em comparação com as pesquisas anteriores observa-se a manutenção da tendência de aumento na proporção daqueles que percebem melhoria na qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos: de 53,8% no mês de junho de 2009 passou para 67,2% em junho de 2010.

FIGURA 2.10 – Percepção sobre a qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos, histórico



Na comparação do histórico entre as regiões geográficas, apenas na Região Centro-Oeste não houve uma variação significativa na comparação entre a proporção observada atualmente com o observado no levantamento de junho de 2009. Nas demais regiões houve um aumento significativo entre junho de 2009 e junho de 2010 na proporção da população que percebe melhorias na qualidade de vida da população em geral.

FIGURA 2.11 – Percepção de melhora da qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos, histórico por Região Geográfica



A avaliação positiva sobre a qualidade de vida nos últimos anos se reflete em outros aspectos relacionados: 61,5% percebem que os salários em geral vêm aumentando nos últimos anos. Corroborando esse dado, 63,2% afirmaram estar comprando mais do que compravam antes e 58,3% dos entrevistados responderam que atualmente existem menos pobres do que em anos anteriores.

A comparação com a percepção sobre a evolução dos salários entre as pesquisas realizadas em períodos anteriores indicou uma tendência de crescimento da proporção da população que percebe os salários em geral como maiores nos últimos anos: em junho de 2009 esse percentual era 47,9%, alcançando 61,5% em junho de 2010. A mesma tendência foi verificada na avaliação do poder de compra: em agosto de 2009 52,1% afirmavam estar comprando mais, enquanto em junho de 2010 esse percentual passou a 63,2% da população brasileira.

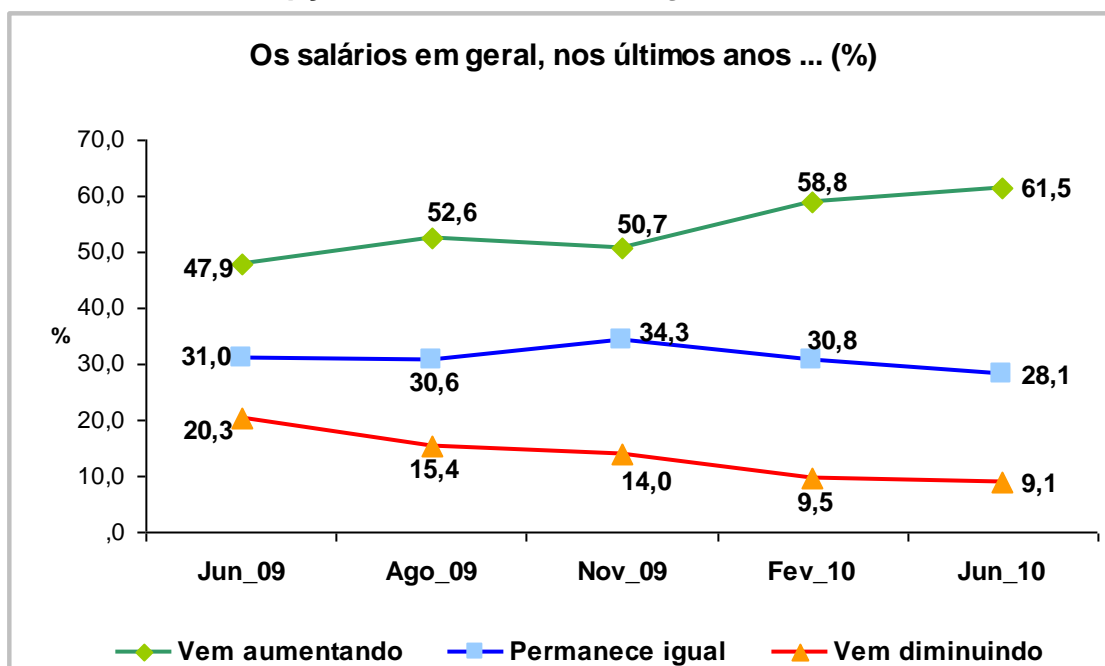
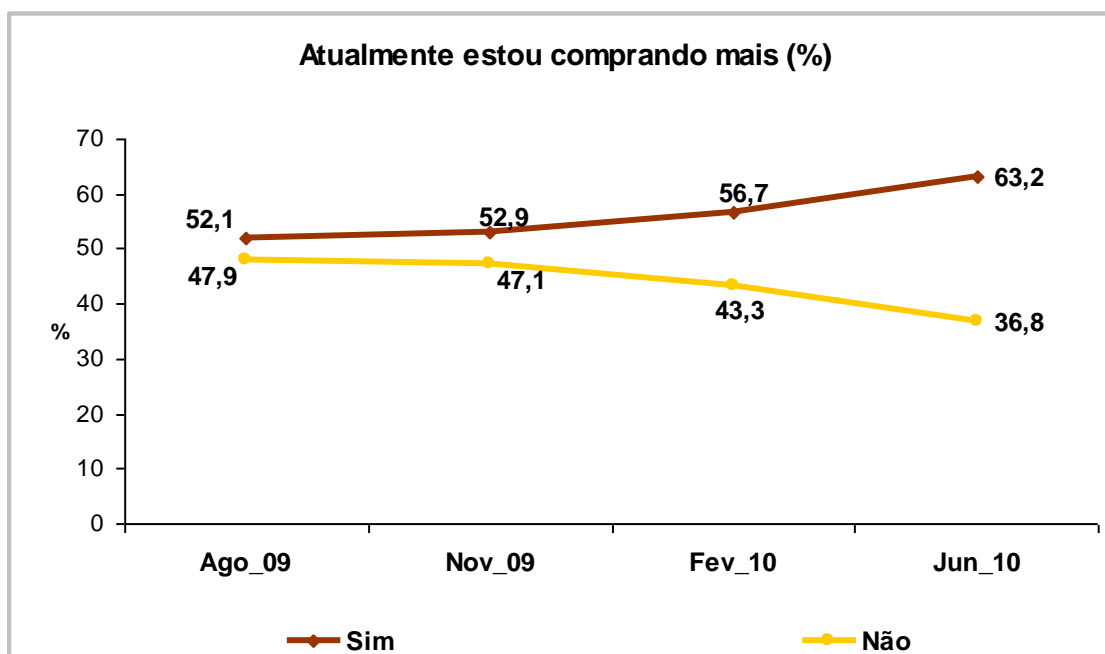
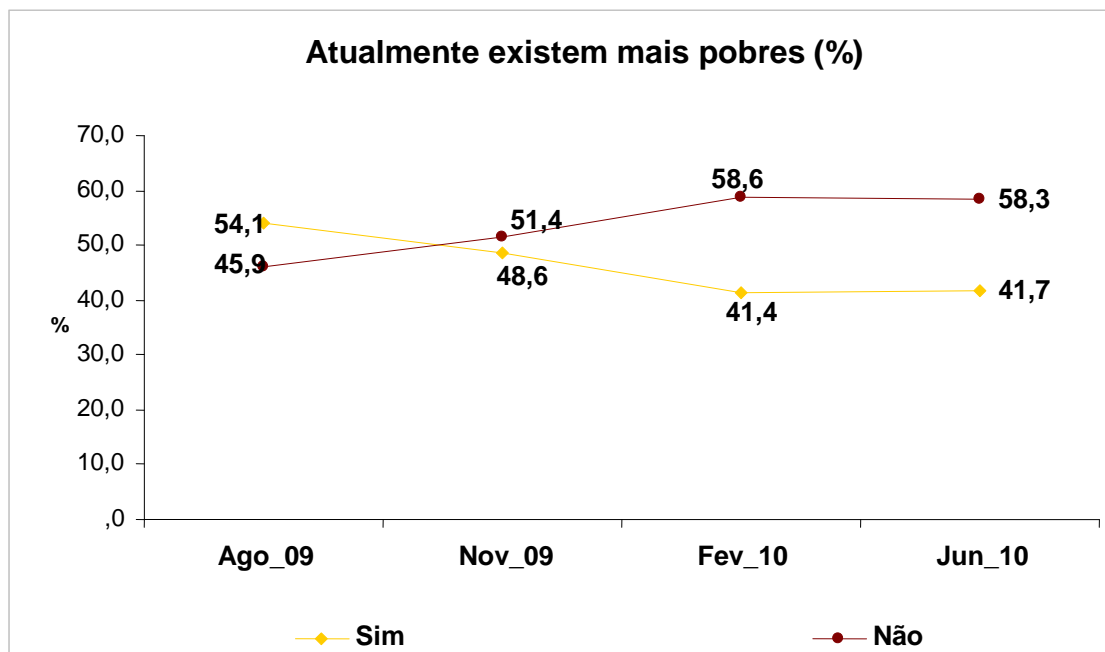
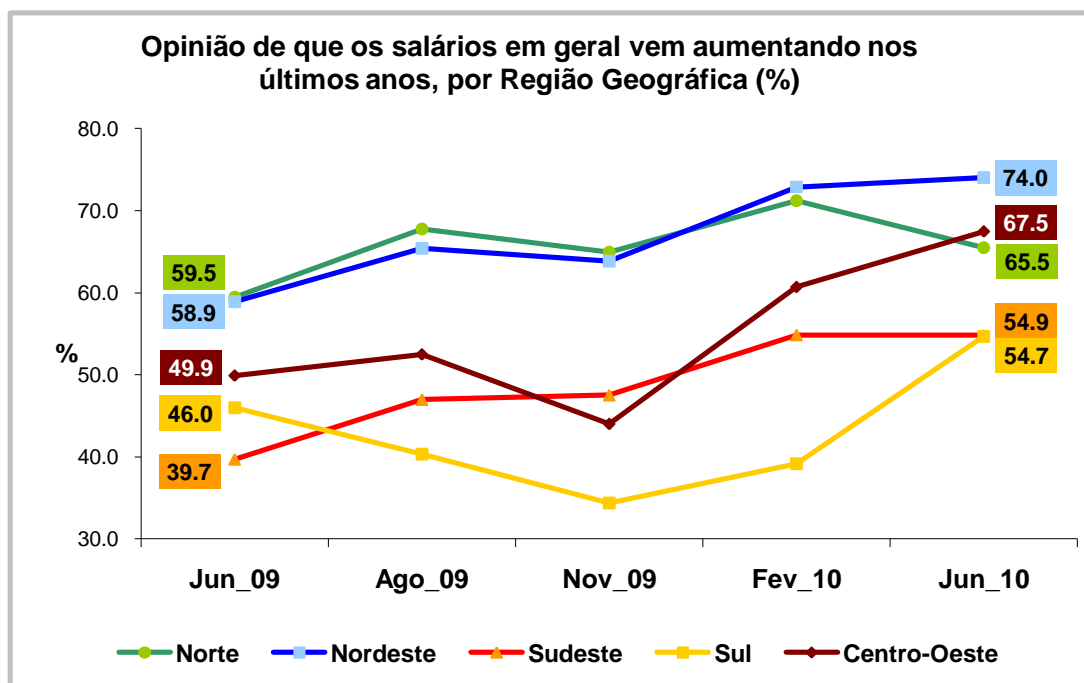
FIGURA 2.12 – Percepção sobre os salários em geral nos últimos anos, histórico

FIGURA 2.13 – Percepção sobre poder de compra, histórico


FIGURA 2.14 – Percepção sobre a quantidade de pessoas pobres, histórico

Na comparação do histórico entre as regiões geográficas dos percentuais da população que percebe aumento nos salários em geral, apenas na Região Norte não se evidenciou uma variação significativa na comparação entre a proporção observada atualmente com o observado no levantamento de junho de 2009. Nas demais regiões houve um aumento significativo entre junho de 2009 e junho de 2010 na proporção da população que percebe aumento nos salários em geral, nos últimos anos.

FIGURA 2.13 – Percepção de aumento dos salários em geral nos últimos anos, histórico por Região Geográfica



A análise da percepção quanto aos salários em geral por renda familiar apontou para uma maior proporção da opinião de que os salários vêm aumentando no grupo populacional de faixa de renda familiar mais baixa (até dois salários mínimos): nesse segmento 66,9% da população percebem aumento nos salários em geral; no segmento populacional de renda familiar mais alta (mais de dez salários mínimos) esse percentual corresponde a 55,9%.

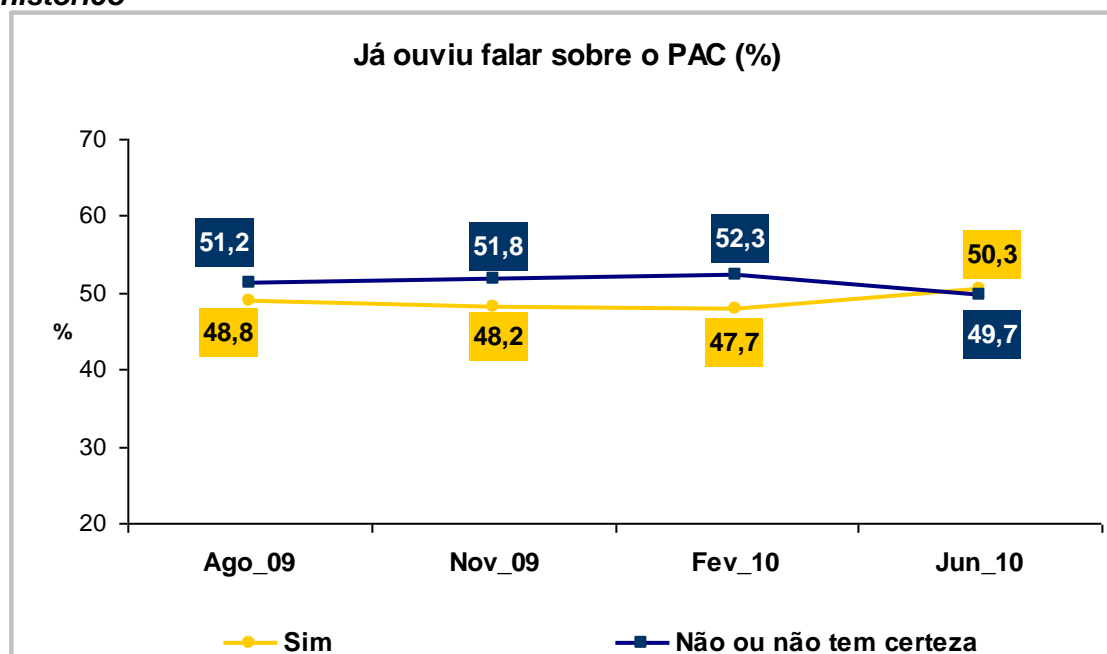
TABELA 2.3 – Percepção sobre os salários em geral nos últimos anos, por renda familiar

OS SALÁRIOS EM GERAL NOS ÚLTIMOS ANOS ...	Renda Familiar (S.M.) (%)				Total
	Até 2	+ de 2 até 5	+ de 5 até 10	+ de 10	
Vem aumentando	66,9	59,1	56,1	55,9	61,5
Permanece igual	24,4	29,1	33,8	31,3	28,1
Vem diminuindo	6,8	11,0	9,3	12,1	9,1
Não sabe	2,0	0,9	0,8	0,6	1,3
Tamanhos amostrais por grupo	1.782	1.647	715	356	4.500

3. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Evolução positiva também foi observada no nível de conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O percentual da população que afirma conhecer o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) superou, pela primeira vez desde que o levantamento dessa informação passou a ser realizado, o percentual da população que diz não conhecer ou não ter certeza se conhece o PAC. Atualmente, 50,3% da população brasileira já ouviram falar sobre o programa. No levantamento de fevereiro essa proporção era de 47,7%, muito similar ao observado em novembro (48,2%) e agosto (48,8%).

FIGURA 3.1 – Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento, histórico



O nível de conhecimento sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apresenta relação direta com a renda familiar: a proporção daqueles que já ouviram falar sobre o PAC é menor no segmento populacional com renda familiar de até dois salários mínimos (40,1%), e aumenta à medida que cresce a faixa de renda, alcançando 67,5% no segmento populacional de renda familiar maior de dez salários mínimos.

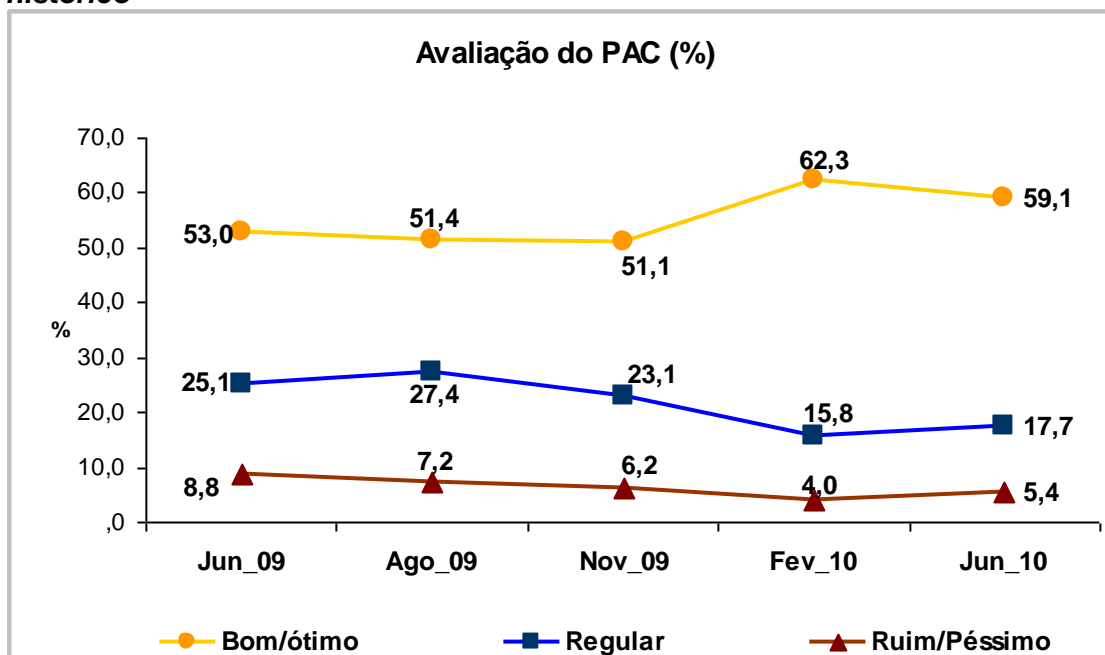
TABELA 3.1 – Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento, por renda familiar

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)?	Renda Familiar (S.M.) (%)				Total
	Até 2	+ de 2 até 5	+ de 5 até 10	+ de 10	
Sim	40,1	50,9	65,9	67,5	50,3
Não ou não tem certeza	52,0	44,6	30,4	31,1	49,7
Não sabe	7,9	4,5	3,7	1,4	0,0
Tamanhos amostrais por grupo	1.782	1.647	715	356	4.500

Entre aqueles que responderam já ter ouvido falar no PAC, a avaliação deste programa foi positiva: 59,1% da população que já ouviram falar do programa o avaliaram como ótimo ou bom, ao passo de que 5,4% o avaliaram como ruim ou péssimo.

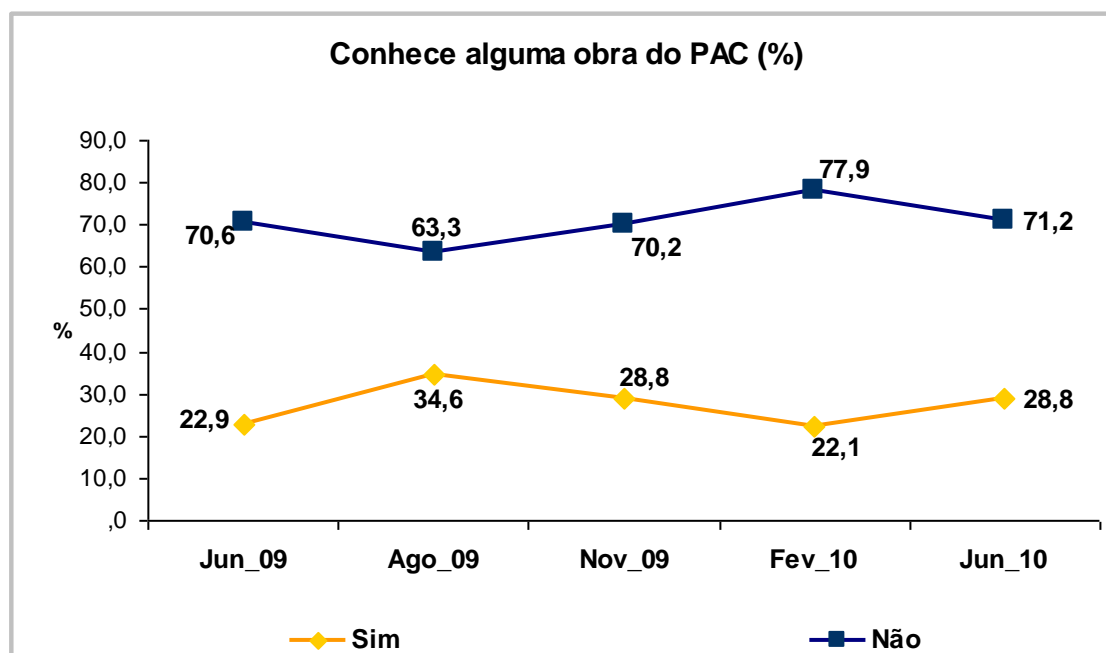
A mesma tendência de avaliação positiva do PAC por parte dos que conhecem o programa havia sido indicada nas pesquisas anteriores. Houve uma evolução positiva dos indicadores, passando de 53,0% no primeiro levantamento para 59,1% na pesquisa atual.

FIGURA 3.2 – Avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), histórico



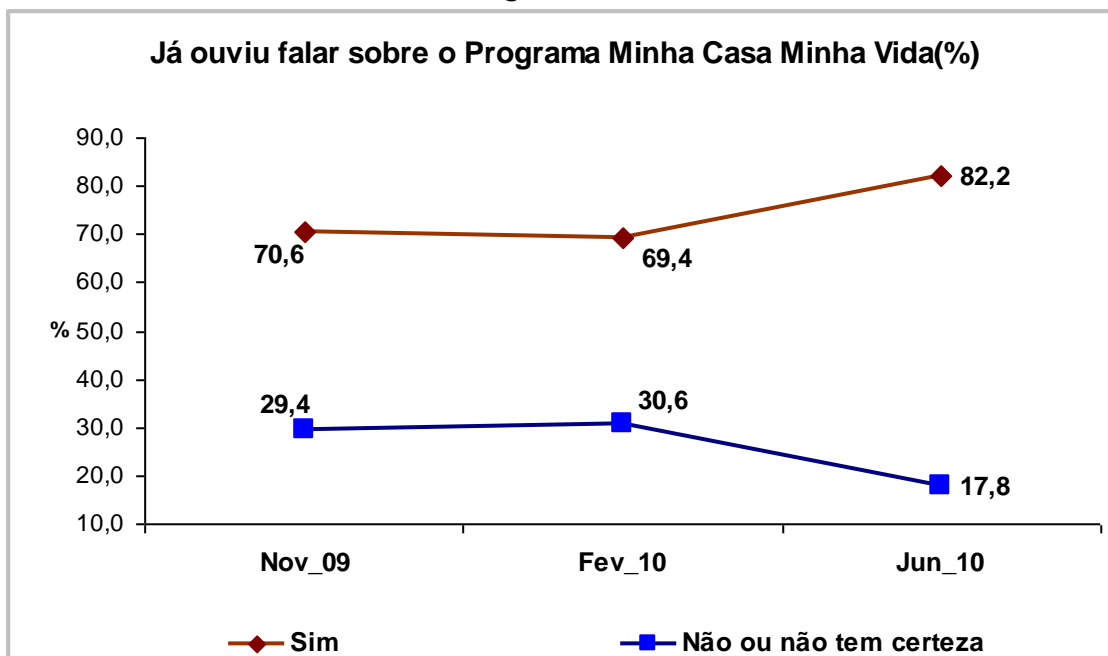
Entre aqueles que responderam já ter ouvido falar no Programa de Aceleração do Crescimento, 28,8% conhecem alguma obra do PAC. A maioria (71,2%), apesar de já ter ouvido falar no Programa, não conhece obras do mesmo. A proporção atual de conhecimento de obras do PAC (28,8%) é levemente superior ao percentual do primeiro levantamento (22,9%).

FIGURA 3.3 – Conhecimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), histórico



Uma parcela expressiva da população brasileira afirmou já ter ouvido falar no Programa Minha Casa Minha Vida (82,2%). Apenas 17,8% nunca ouviu falar no Programa. Esses índices apontam para um aumento significativo do percentual da população que conhece o Programa Minha casa Minha Vida, na comparação com as pesquisas realizadas nos meses de novembro de 2009 e fevereiro de 2010.

FIGURA 3.4 – Conhecimento do Programa Minha Casa Minha Vida, histórico



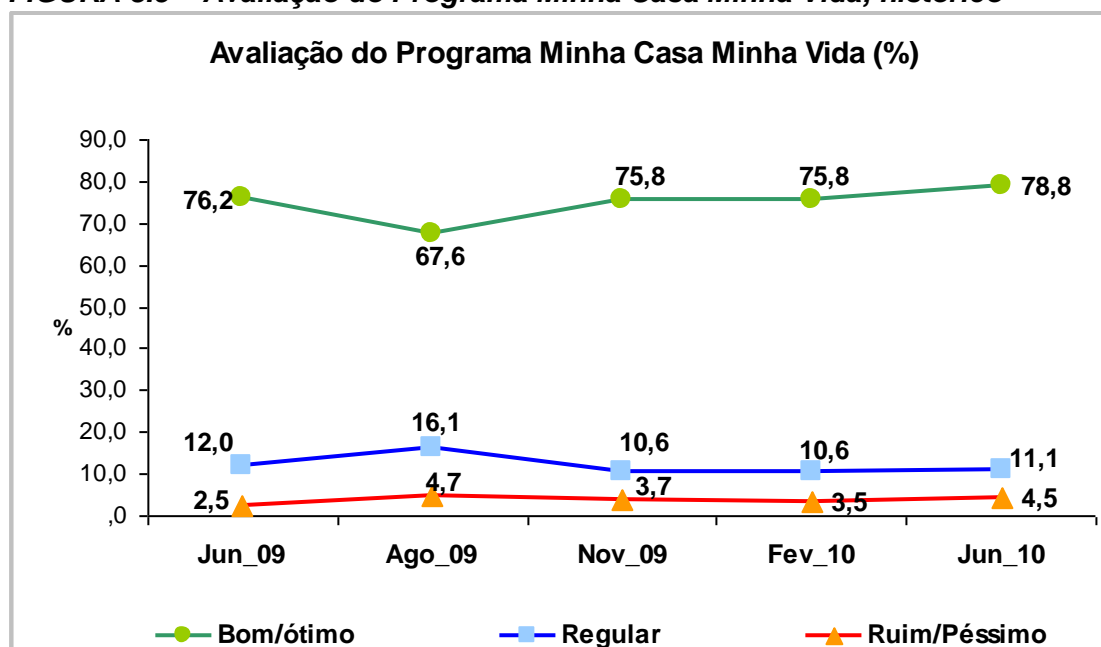
Assim como o nível de conhecimento sobre o PAC, o nível de conhecimento sobre o Programa Minha Casa Minha Vida também apresentou relação direta com a renda familiar, sendo menor no segmento da população com renda familiar mais baixa (77,5%), e maior no segmento da população com faixa de renda familiar mais alta (90,1%).

TABELA 3.2 – Conhecimento do Programa Minha Casa Minha Vida, por renda familiar

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA?	Renda Familiar (S.M.) (%)				Total
	Até 2	+ de 2 até 5	+ de 5 até 10	+ de 10	
Sim	77,5	84,5	84,8	90,1	82,2
Não	20,5	15,0	14,4	8,8	17,8
Não sabe	2,0	0,5	0,8	1,1	0,0
Tamanhos amostrais por grupo	1.782	1.647	715	356	4.500

Entre os entrevistados que já ouviram falar do Programa Minha Casa Minha Vida, a grande maioria avaliou o mesmo como bom ou ótimo (78,8%). Apenas 4,5% avaliaram esse programa como ruim ou péssimo. A mesma tendência de avaliação positiva do programa foi verificada nos levantamentos anteriores.

FIGURA 3.5 – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida, histórico

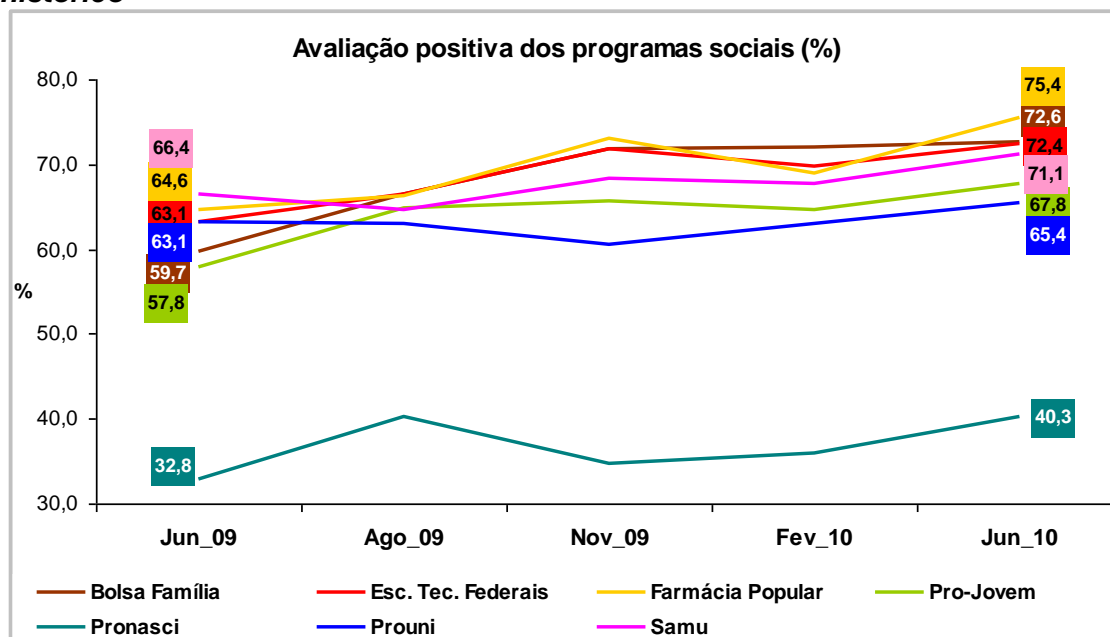


Entre aqueles que conheciam os programas sociais avaliados, as proporções de avaliação positiva foram elevadas, atingindo percentuais superiores a 60% de avaliação boa ou ótima para todos os programas avaliados. A exceção foi o Pronasci, avaliado como bom ou ótimo por 40,3% da população que conhecem o programa. A comparação com levantamentos anteriores não indica alterações expressivas na avaliação dos programas.

Na comparação com os resultados da pesquisa realizada no mês de junho de 2009, todos os programas avaliados apresentam aumento na

proporção de avaliação positiva: o Programa Farmácia Popular era avaliado como bom ou ótimo por 64,6% da população brasileira, em junho de 2009. Esse percentual passou para 75,4% em junho de 2010; o Programa Bolsa Família passou de 59,7% de avaliação positiva observado em junho de 2009 para 72,6% atualmente; o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), apesar de ter caído de 1º para 4º lugar no ranking de programas com melhor percentual de avaliação positiva, passou de 66,4% observado em junho de 2009 para 71,1% atualmente; o percentual de avaliação positiva do Pro - Jovem passou de 57,8% verificado em junho de 2009 para 67,8% em junho de 2010; o Pronasci, que em junho de 2009 era avaliado como bom ou ótimo por 32,8% da população que conheciam o programa, agora é assim avaliado por 40,3% da população; o Pro – Uni foi o único programa que não apresentou diferença significativa na proporção de avaliação positiva entre os dois períodos, mesmo assim passou de 63,1% em junho de 2009 para 65,4% em junho de 2010.

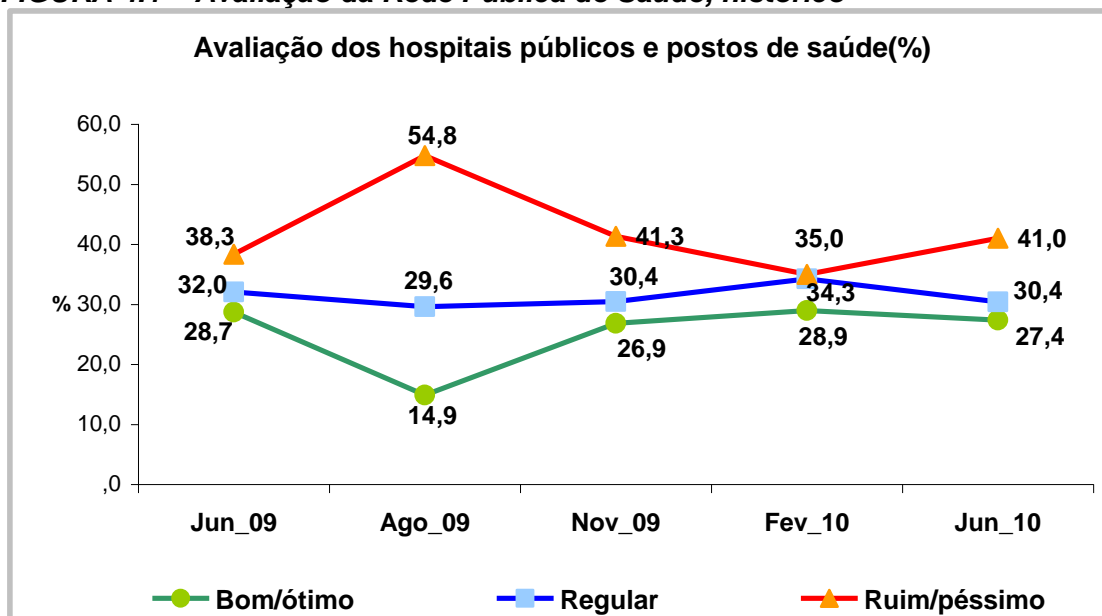
FIGURA 3.6 – Avaliação positiva dos programas sociais do Governo federal, histórico



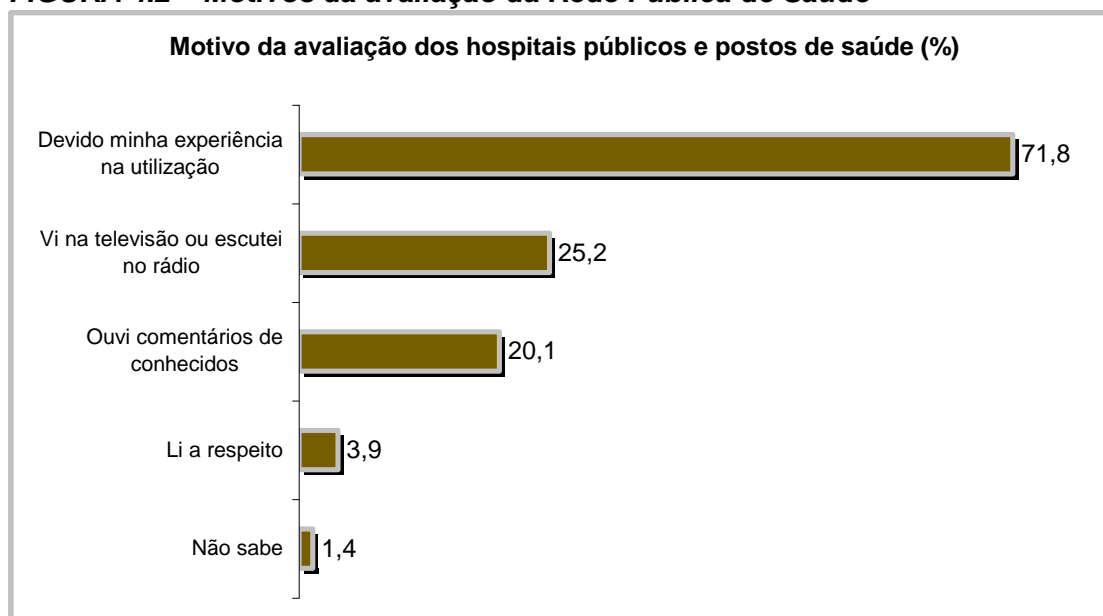
4. SAÚDE E EDUCAÇÃO

A avaliação dos hospitais públicos e postos de saúde manteve-se predominantemente negativa em patamares semelhantes entre o primeiro e o atual levantamento: 41,0% dos entrevistados consideraram-nos ruins ou péssimos agora enquanto 38,3% os avaliaram desta forma no primeiro levantamento. A avaliação positiva também não apresentou diferenças significativas entre os dois períodos (27,4% agora e 28,7% no primeiro). Com exceção do levantamento realizado no mês de agosto de 2009, período crítico do foco da gripe AH1N1, os demais levantamentos apresentaram percentuais muito similares, não evidenciando tendências na avaliação de hospitais e postos de saúde.

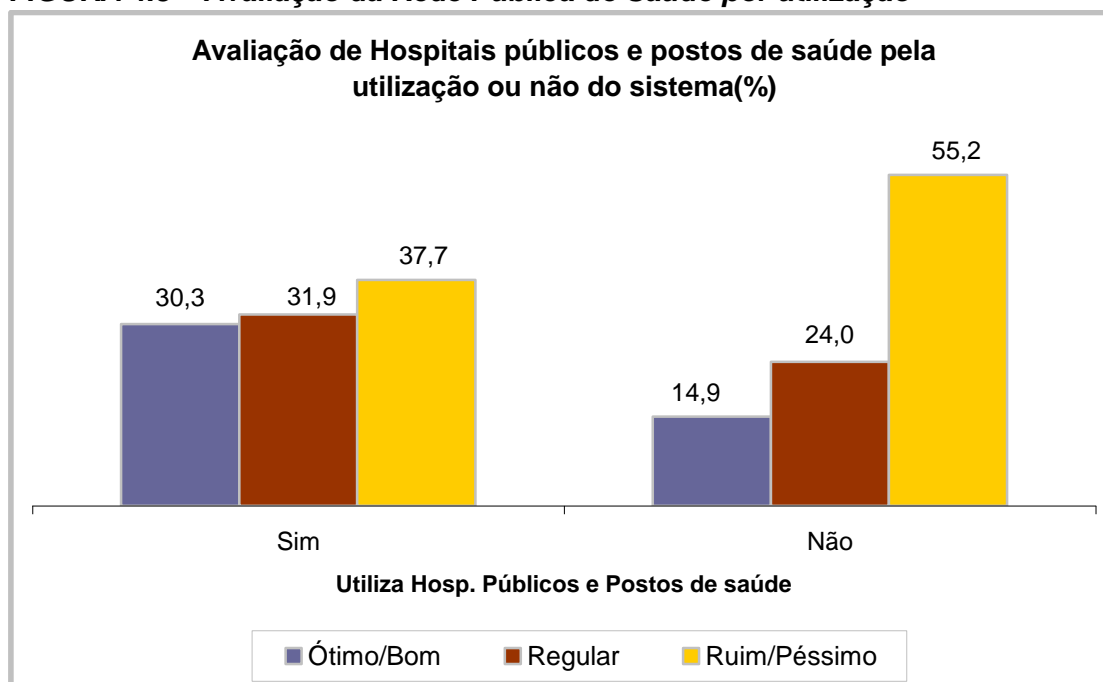
FIGURA 4.1 – Avaliação da Rede Pública de Saúde, histórico



A principal base de informação para essa avaliação da rede pública de saúde foi a experiência na utilização dos postos e hospitais (71,8%).

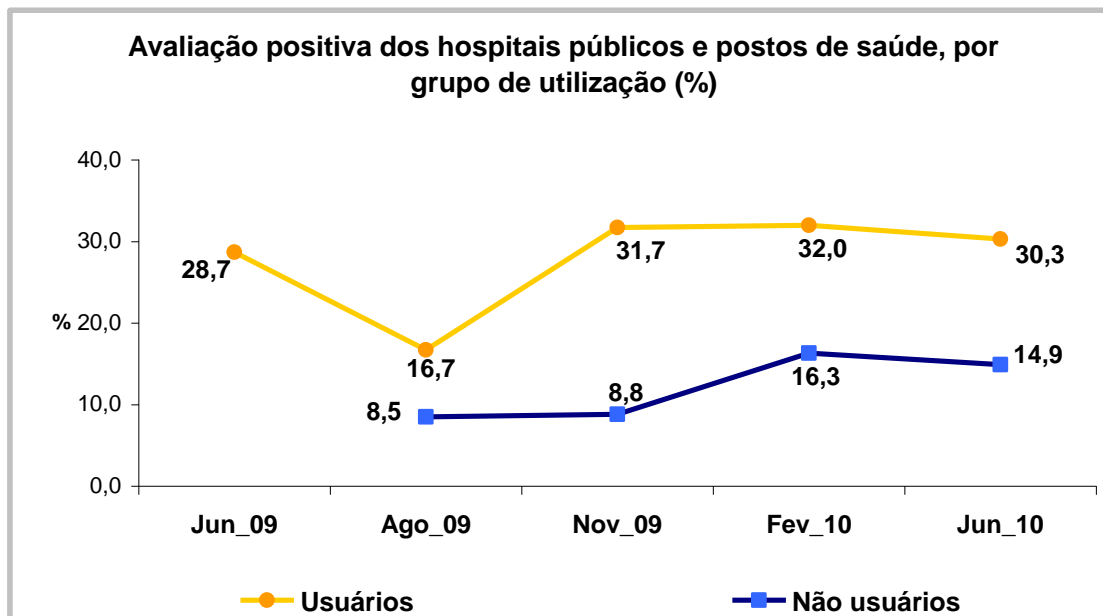
FIGURA 4.2 – Motivos da avaliação da Rede Pública de Saúde

A relação significativa ($p\text{-valor} < 0,05$) entre a avaliação dos hospitais públicos e postos de saúde e a utilização dos mesmos, já verificada nos levantamentos anteriores, permanece evidenciada. O grupo de usuários tende a avaliar de forma mais positiva, em comparação com o grupo de não usuários. Enquanto que 30,3% daqueles que utilizam os serviços de hospitais públicos e postos de saúde os avaliam positivamente, no grupo de não usuários essa proporção é de 14,9%.

FIGURA 4.3 – Avaliação da Rede Pública de Saúde por utilização

A análise da série histórica da avaliação positiva dos hospitais públicos e postos de saúde, por grupo de usuários e não usuários, indicou um aumento significativo ($p\text{-valor} < 0,05$) na proporção de avaliações positivas no grupo de não usuários: enquanto nos levantamentos realizados no ano de 2009 o percentual de avaliação ótimo ou bom permaneceu na casa dos 8%, nos levantamentos realizados em 2010 chegou a 16,3% em fevereiro, e 14,9% em junho.

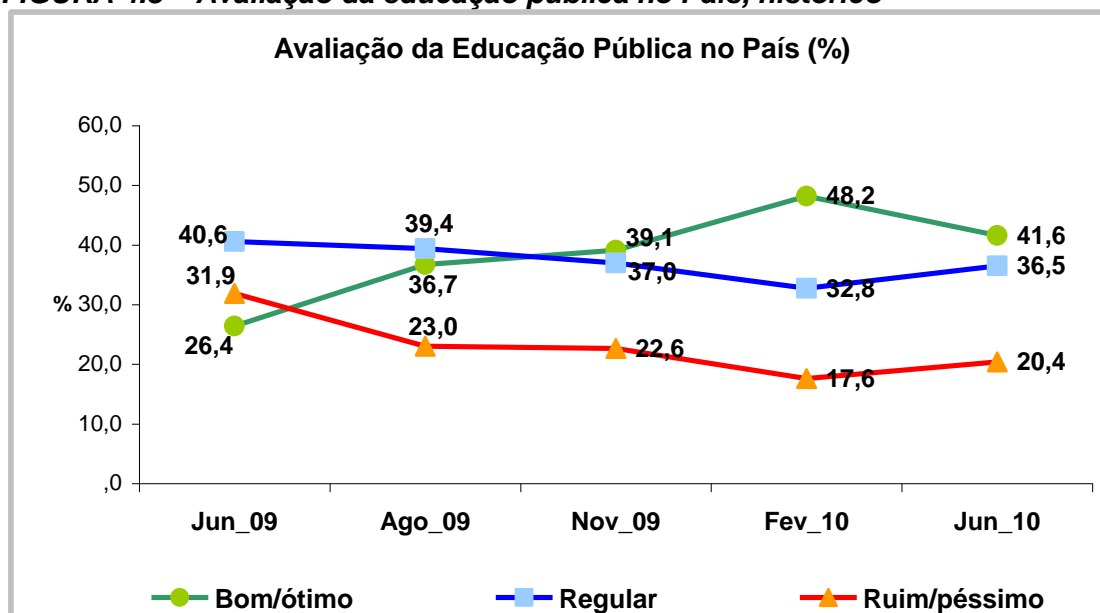
FIGURA 4.4 – Avaliação positiva da Rede Pública de Saúde, histórico por grupo de utilização (usuários/não usuários)



Obs.: no levantamento do mês de junho de 2009 não foi solicitada a avaliação dos não usuários do sistema.

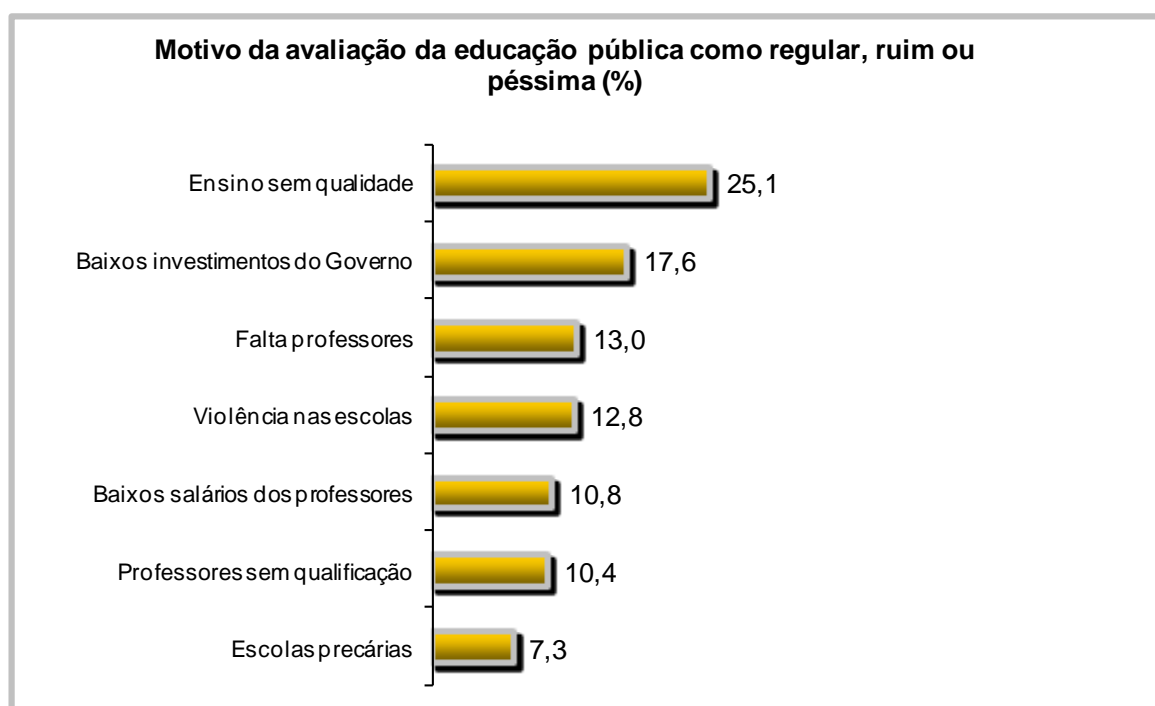
A avaliação positiva da educação pública no país cresceu de 26,4% para os 41,6% entre o primeiro e o último levantamento, diferença significativamente maior ($p\text{-valor} < 0,05$). A avaliação negativa decresceu de 31,9% para 20,4% no mesmo período.

FIGURA 4.3 – Avaliação da educação pública no País, histórico



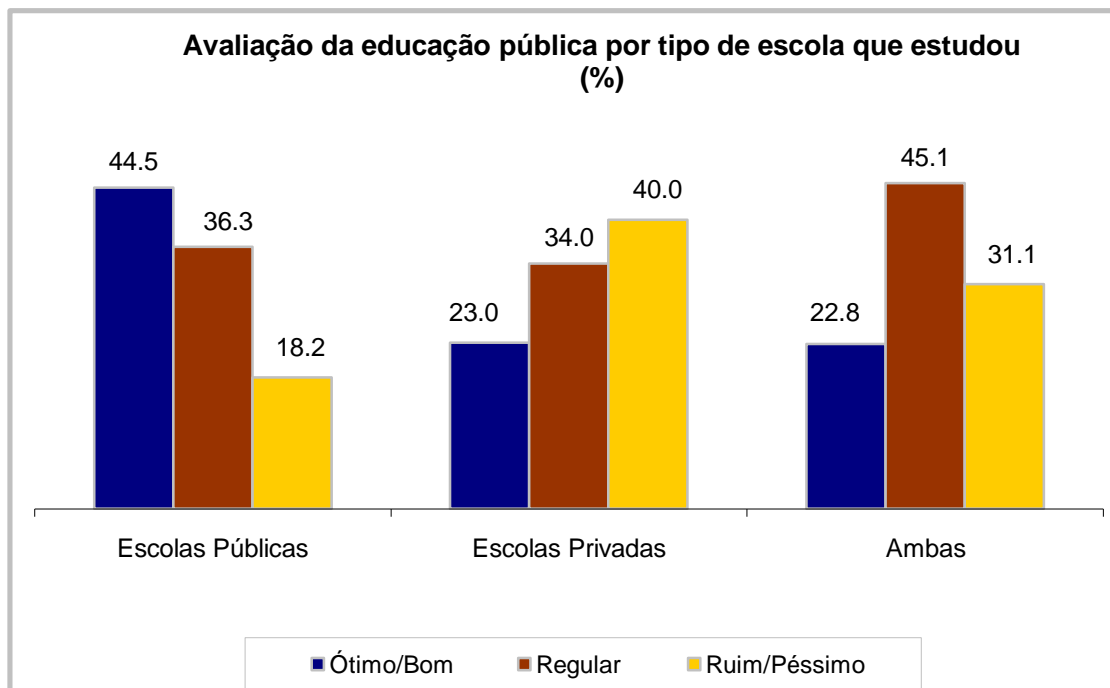
Entre aqueles que avaliaram a educação pública no país como regular, ruim ou péssima, 25,1% afirmaram que avaliaram dessa forma porque o ensino não tem boa qualidade. Outros 17,6% entenderam que a situação da educação pública está dessa forma devido aos baixos investimentos do governo na área.

FIGURA 4.4 – Motivos da avaliação da educação pública como regular, ruim ou péssima



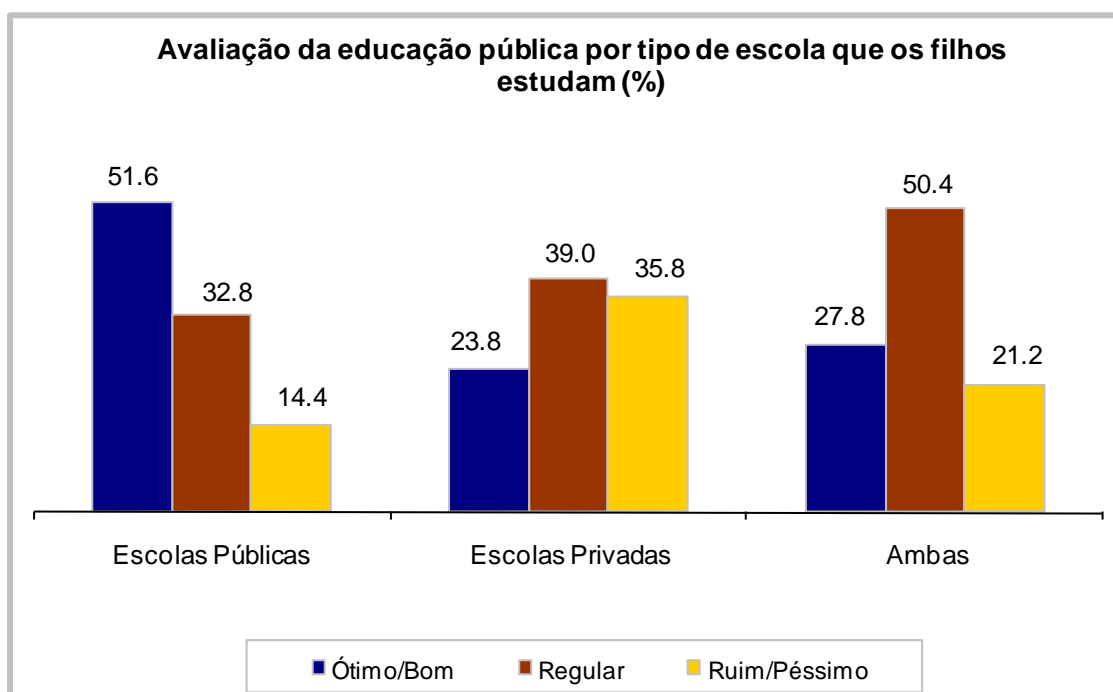
Assim como na avaliação da rede pública de saúde no país, se verificou também na avaliação da educação uma tendência de índices mais positivos junto ao público usuário do sistema: 44,5% daqueles que estudam ou estudaram em colégios públicos avaliam a educação pública como boa ou ótima. Entre aqueles que estudam ou estudaram apenas em colégios particulares o índice de avaliação ótimo ou bom foi de 23,0%. Já o grupo que estudou em escolas de ambos os sistemas, público e privado, tende a avaliar a educação pública do país como regular (45,1%).

FIGURA 4.5 – Avaliação da Educação Pública por relação com tipo de escola em que estudou na formação de 1º ou 2º graus



A avaliação da educação pública alcançou níveis mais positivos quando avaliada por pais que possuem filhos em idade escolar estudando em colégios públicos: 51,6% destes avaliam a educação pública no Brasil como boa ou ótima. Já entre aqueles que possuem os filhos estudando em escolas particulares, esse percentual decresce para 23,8%. Pais que possuem filhos estudando em escolas de ambos os sistemas tendem a avaliar a educação pública do Brasil como regular: 50,4%.

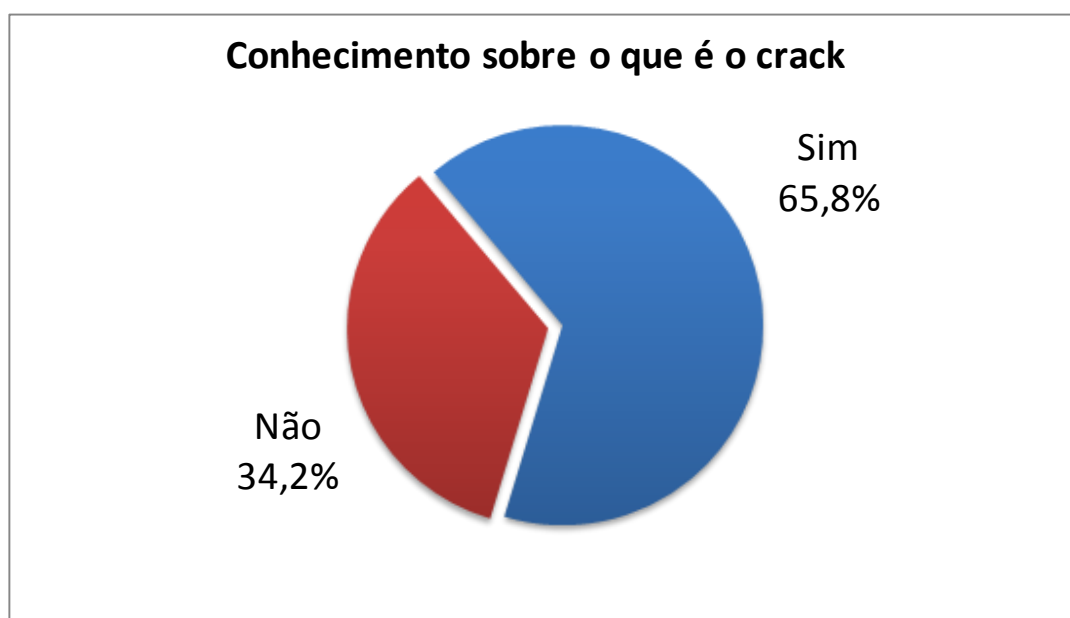
FIGURA 4.6 – Avaliação da Educação Pública por relação com tipo de escola em que os filhos estudam na formação de 1º ou 2º graus



5. TEMAS ATUAIS

A maior parte da população brasileira tem conhecimento sobre o que é o *crack* (65,8%). No entanto, uma proporção expressiva dessa população (44,2%) respondeu não saber do que se trata.

FIGURA 5.1 – Conhecimento sobre o crack



Os maiores níveis de desconhecimento sobre o que é o *crack* foram verificados nas regiões Centro-Oeste, onde 45,1% da população desconhece a droga, e Nordeste, onde esse percentual é de 43,1%. A região Sul apresenta o menor nível de desconhecimento: 24,9% não sabem o que é o *crack*.

TABELA 5.1 – Conhecimento sobre o crack, por Região Geográfica

VOCÊ SABE O QUE É CRACK?	Região Geográfica (%)					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Sim	67,2	56,9	68,5	75,1	54,9	65,8
Não	32,8	43,1	31,5	24,9	45,1	34,2
Tamanhos amostrais por grupo	600	1.000	1.500	800	600	4.500

A análise de associação dos níveis de conhecimento sobre o que é o *crack* com as variáveis sócio-econômicas apontou para relação significativa (p -valor $<0,05$) desses níveis com a faixa etária do entrevistado e a situação de domicílio (urbano/rural). A população mais jovem apresenta níveis de conhecimento maior sobre a droga: entre a população de 16 a 24 anos 75,1% sabem o que é o *crack*, ao passo que entre a população de 50 anos ou mais essa proporção declina para 48,0%. Entre a população urbana 67,0% responderam saber o que é o *crack*, enquanto que entre a população rural essa proporção foi de 57,9%.

TABELA 5.2 – Conhecimento sobre o crack, por Faixa Etária

VOCÊ SABE O QUE É CRACK?	Faixa Etária (anos) (%)				Total
	16 a 24	25 a 39	40 a 49	50 ou mais	
Sim	75,1	71,5	64,5	48,0	65,8
Não	24,9	28,5	35,5	52,0	34,2
Tamanhos amostrais por grupo	1.125	1.521	797	1.057	4.500

TABELA 5.3 – Conhecimento sobre o crack, por Situação de Domicílio

VOCÊ SABE O QUE É CRACK?	Situação de Domicílio (%)		Total
	Urbano	Rural	
Sim	67,0	57,9	65,8
Não	33,0	42,1	34,2
Tamanhos amostrais por grupo	3.699	801	4.500

Não houve evidências de relação do conhecimento da droga com sexo, escolaridade e faixa de renda familiar do entrevistado.

TABELA 5.4 – Conhecimento sobre o crack, por Sexo

VOCÊ SABE O QUE É CRACK?	Sexo (%)		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	65,4	66,2	65,8
Não	34,6	33,8	34,2
Tamanhos amostrais por grupo	2.190	2.310	4.500

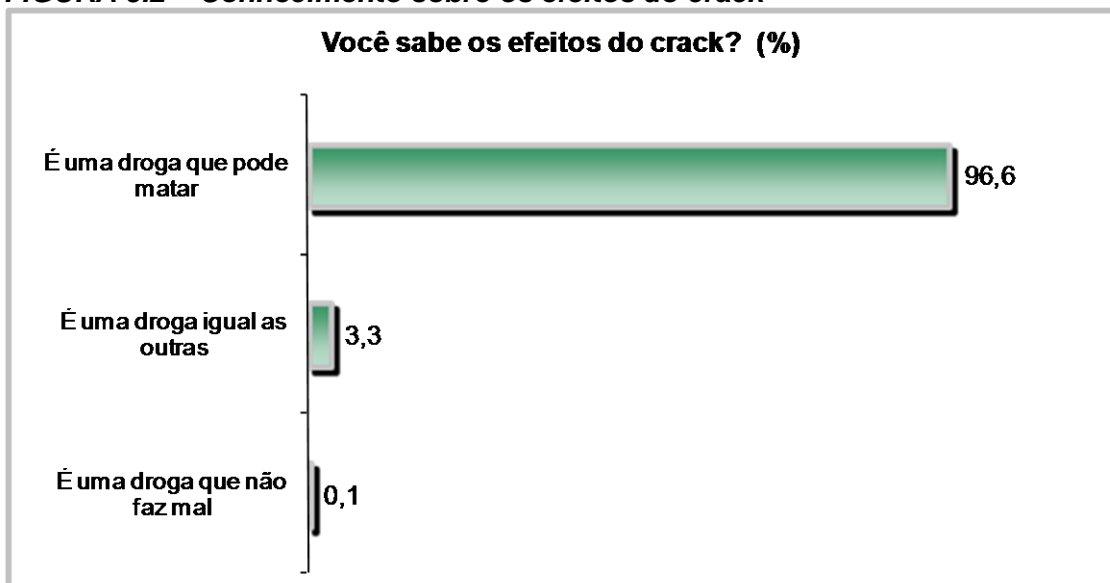
TABELA 5.5 – Conhecimento sobre o crack, por Renda Familiar

VOCÊ SABE O QUE É CRACK?	Renda Familiar (S.M.) (%)				Total
	Até 2	+ de 2 até 5	+ de 5 até 10	+ de 10	
Sim	65,6	64,8	66,3	71,3	65,8
Não	34,4	35,2	33,7	28,7	34,2
Tamanhos amostrais por grupo	1.782	1.647	715	356	4.500

TABELA 5.6 – Conhecimento sobre o crack, por Escolaridade

VOCÊ SABE O QUE É CRACK?	Escolaridade (%)				Total
	1º G incompleto	1º G completo	2º Grau	3º Grau	
Sim	55,0	68,0	73,0	66,0	65,8
Não	45,0	32,0	27,0	34,0	34,2
Tamanhos amostrais por grupo	1.458	810	1.769	463	4.500

Entre aqueles que sabem o que é o *crack*, 96,6% afirmaram que essa droga pode matar. Outros 3,3% disseram que o *crack* é uma droga igual às outras, e 0,1% afirmaram que é uma droga que não faz mal.

FIGURA 5.2 – Conhecimento sobre os efeitos do crack

Base de estimativas percentuais: 2.961 respondentes (Correspondente a 65,8% do total da amostra: entrevistados que responderam que sabem o que é o crack)

A proporção da população que respondeu afirmativamente sobre ter visto ou ouvido falar sobre o lançamento do programa de combate ao *crack*, pelo Presidente da República, é de 37,9%. Na Região Sul 50,3% da população tem conhecimento sobre o lançamento desse programa, ao passo que na Região Norte apenas 24,4% da população sabe que o Presidente da República lançou um programa de combate ao crack.

FIGURA 5.3 – Conhecimento sobre o lançamento do programa de combate ao crack

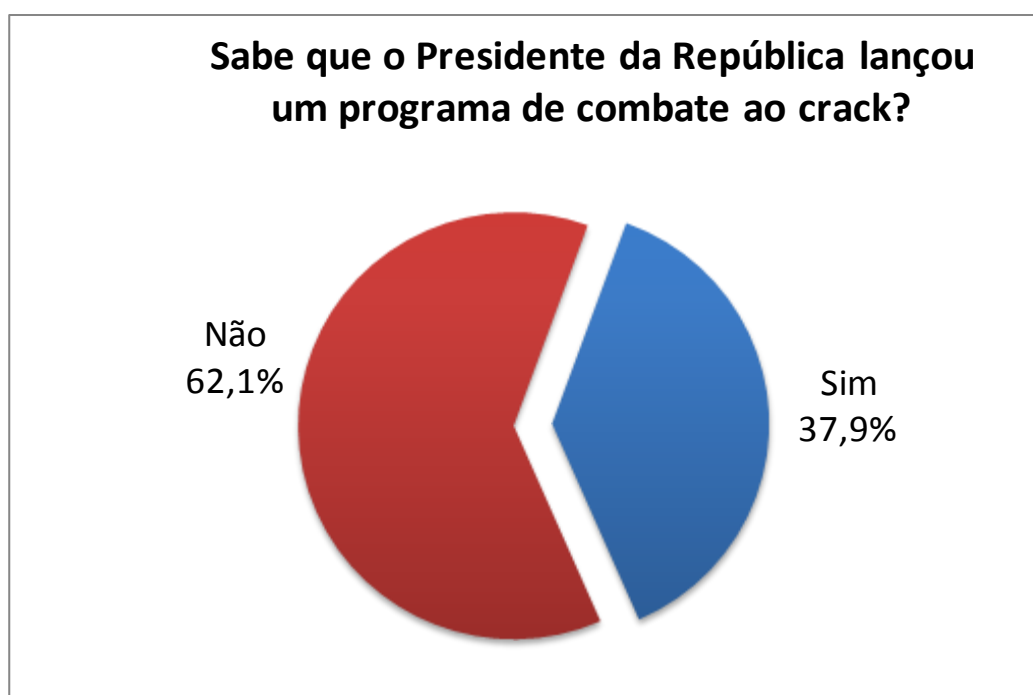
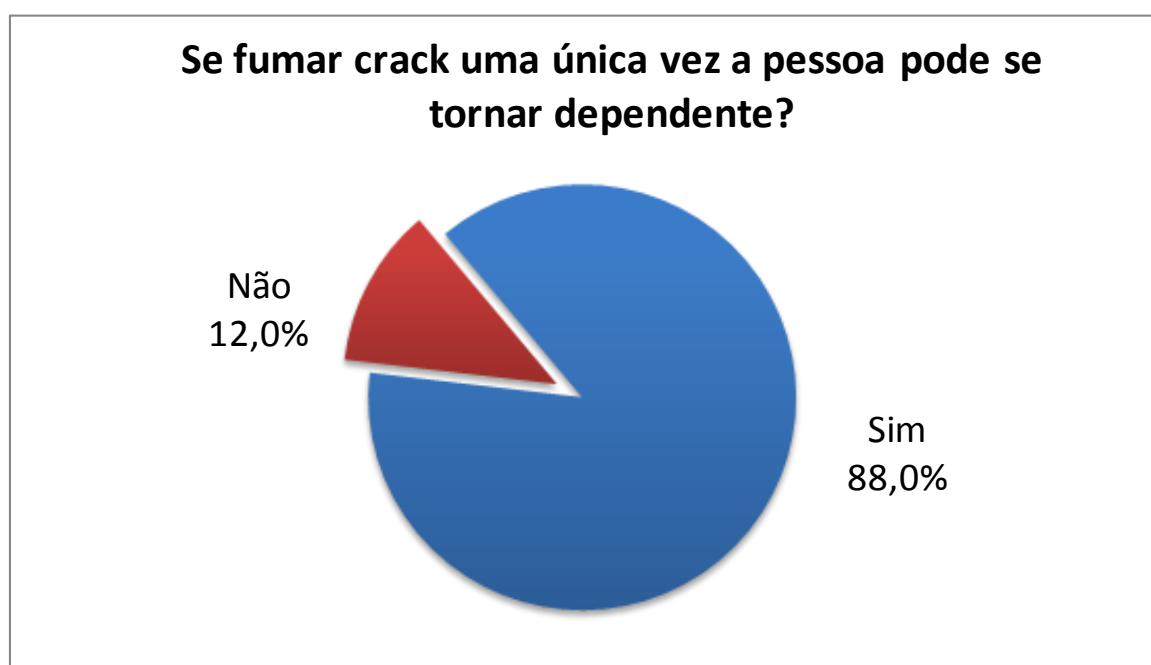


TABELA 5.7 – Conhecimento sobre o lançamento do programa de combate ao crack, por Região Geográfica

VOCÊ VIU OU OUVIU FALAR QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA LANÇOU UM PROGRAMA DE COMBATE AO CRACK?	Região Geográfica (%)					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Sim	24,4	34,1	36,3	50,3	33,1	37,9
Não	75,6	65,9	63,7	49,7	66,9	62,1
Tamanhos amostrais por grupo	600	1.000	1.500	800	600	4.500

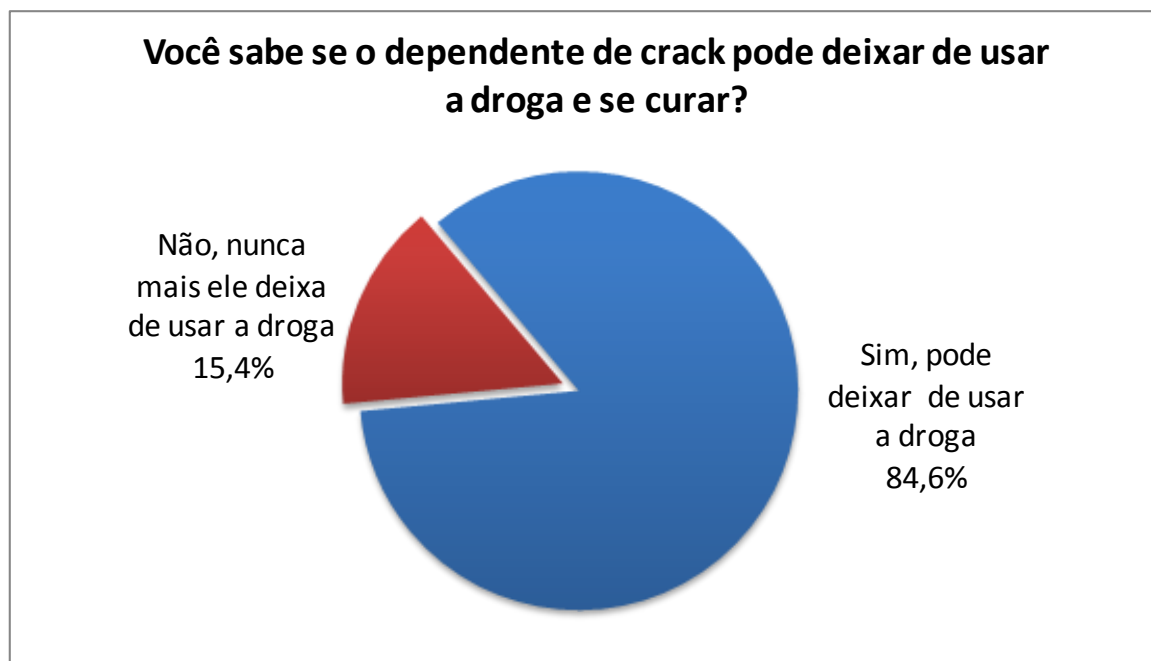
A maioria da população que conhece ou sabe o que é o *crack* também sabe que ao fumar a droga, mesmo que uma única vez, a pessoa pode se tornar dependente (88,0%). Ainda, 84,6% acreditam que o dependente pode deixar de usar a droga e se “curar”.

FIGURA 5.4 – Conhecimento sobre a possibilidade de dependência ao crack após o primeiro consumo



Base de estimativas percentuais: 2.961 respondentes (Correspondente a 65,8% do total da amostra: entrevistados que responderam que sabem o que é o crack)

FIGURA 5.5 – Conhecimento sobre a possibilidade do dependente do crack deixar de ser usuário



Base de estimativas percentuais: 2.961 respondentes (Correspondente a 65,8% do total da amostra: entrevistados que responderam que sabem o que é o crack)

Na opinião de 92,2% da população, os dependentes de *crack* não encontram tratamento na rede pública de saúde com facilidade, e ainda 89,1% da população diz não ter conhecimento de programa de ajuda aos dependentes ou seus familiares.

FIGURA 5.6 – Opinião quanto a facilidade dos dependentes do crack em encontrar tratamento na rede pública de saúde

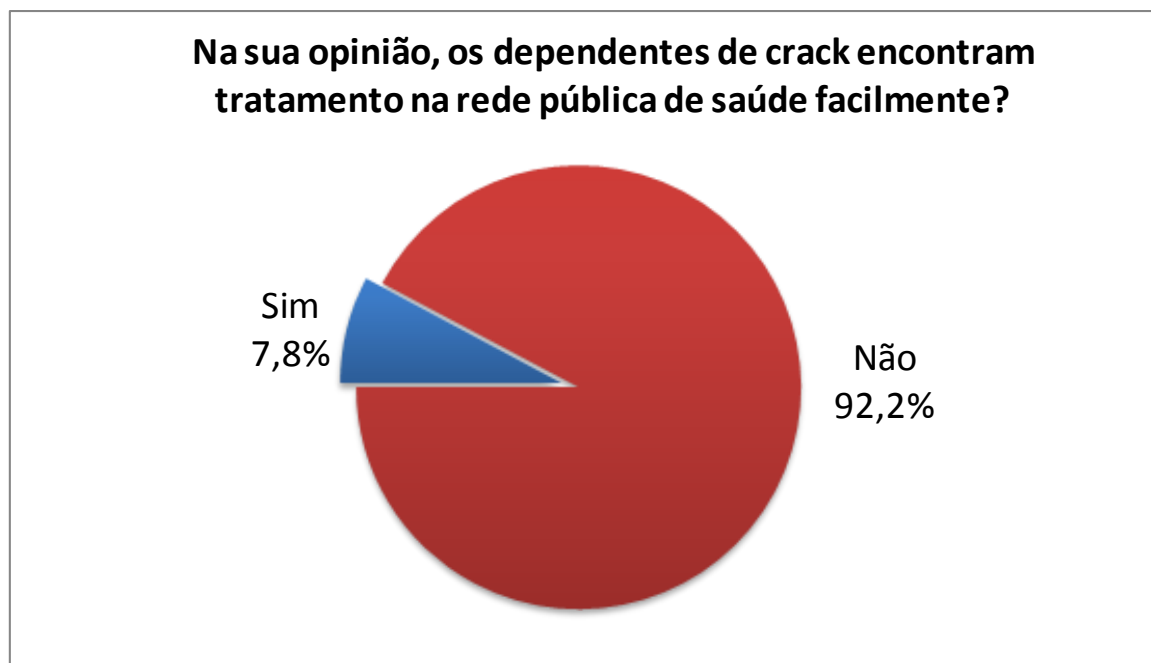
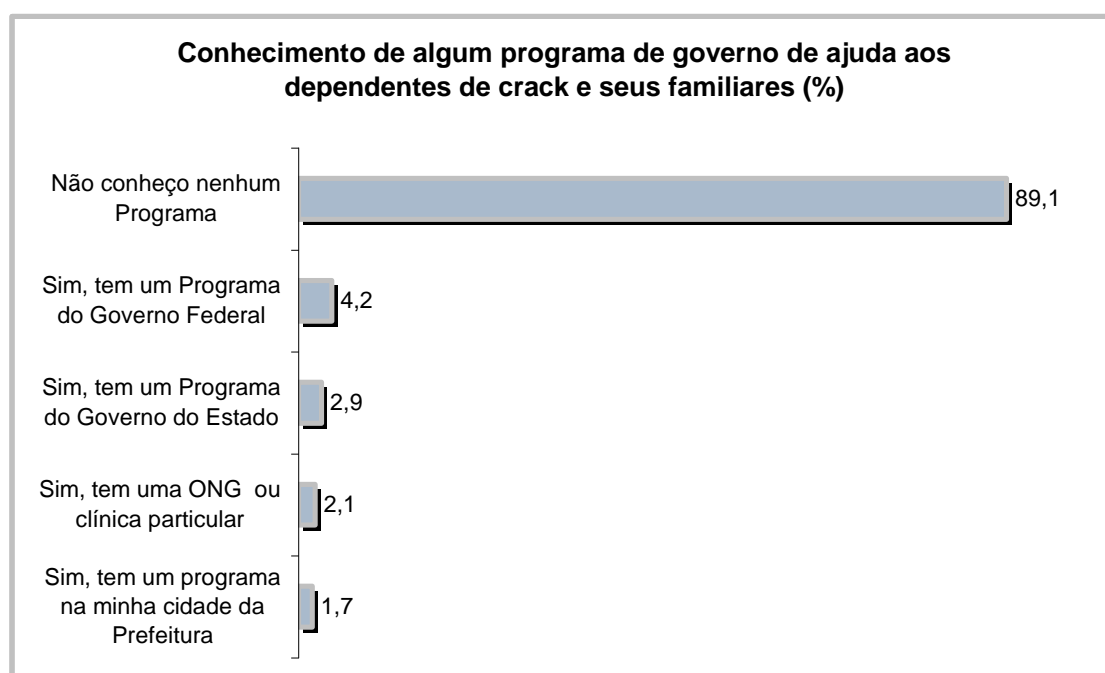


FIGURA 5.7 – Conhecimento sobre programas de apoio aos dependentes do crack e familiares



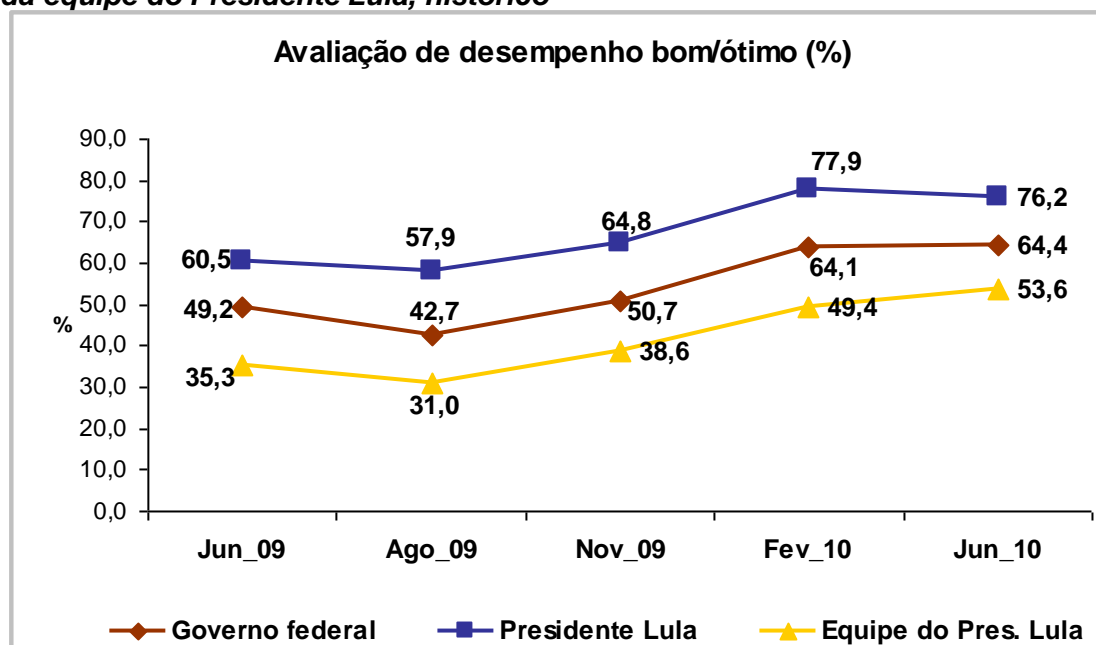
6. AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A avaliação do desempenho do presidente Lula apresentou evolução positiva no período estudado. A avaliação positiva passou de 60,5% no primeiro levantamento para 76,2% neste último.

O desempenho do Governo Federal também foi avaliado positivamente em tendência crescente. A avaliação positiva passou de 49,2% para 64,4% dos entrevistados.

A avaliação positiva do desempenho da equipe do presidente Lula indicou tendência semelhante, passando de 35,3% na primeira pesquisa para 53,6% em junho de 2010.

FIGURA 6.1 – Desempenho bom/ótimo do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula, histórico



A corrupção destacou-se como o principal motivo da avaliação negativa ou regular do governo, do Presidente e da equipe de governo. Entre aqueles que assim avaliaram o desempenho do Governo Federal, 28,1% afirmaram que se deve à corrupção no governo (no levantamento de novembro de 2009 essa

proporção era de 25,1% e em fevereiro de 2010 era de 33,0%). Já entre aqueles que avaliaram o desempenho do presidente Lula de forma regular ou negativa, 28,9% indicaram como motivo principal a falta de combate à corrupção (em fevereiro de 2010 alcançou 34,8% e em novembro de 2009 era de 25,9%). Entre aqueles que avaliam a equipe do presidente Lula como regular ou negativa, 67,9% assim avaliam devido à corrupção (em fevereiro era 72,9% e em novembro de 2009 era de 70,9%).

FIGURA 6.2 – Motivos da avaliação de desempenho do Governo Federal como regular, ruim ou péssima

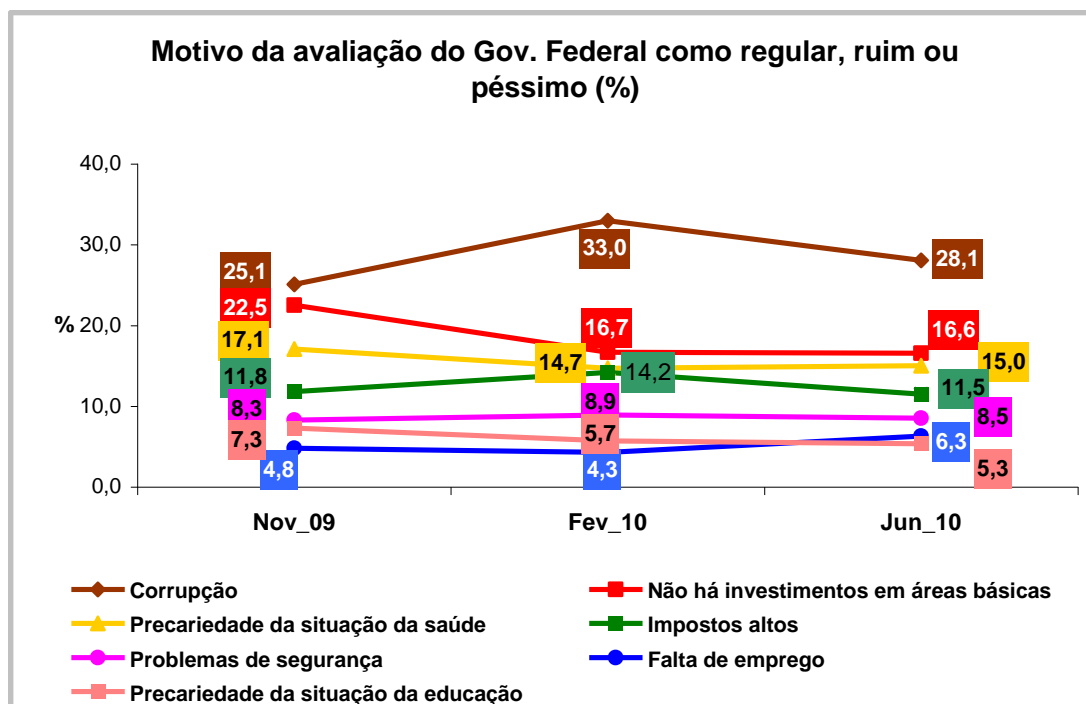
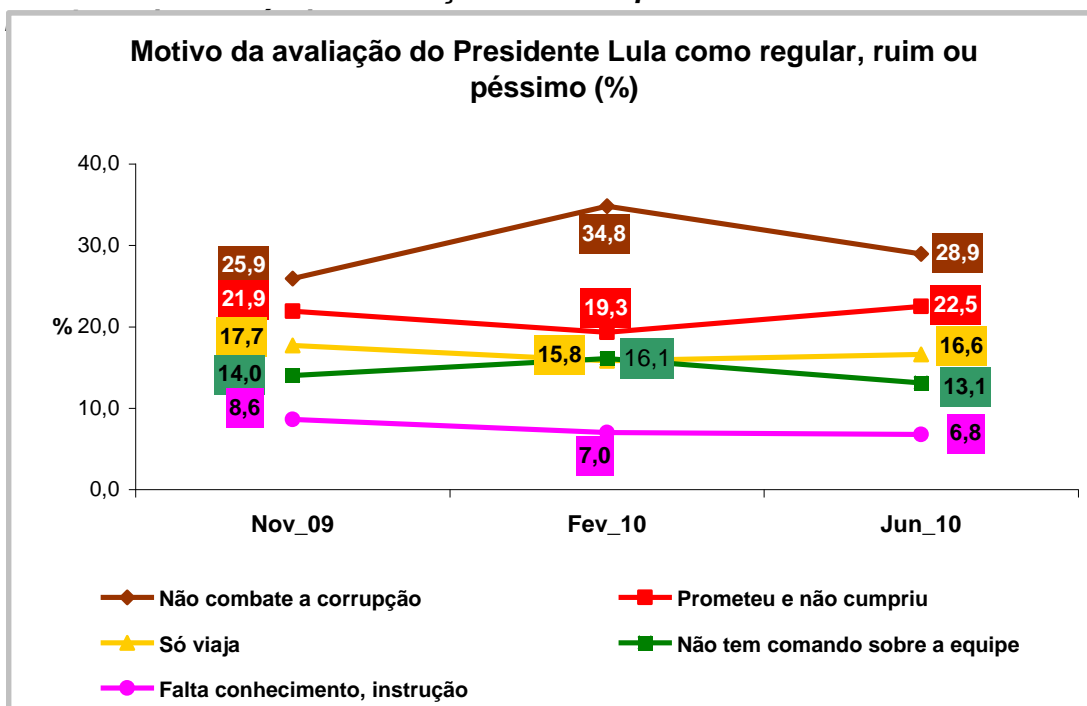
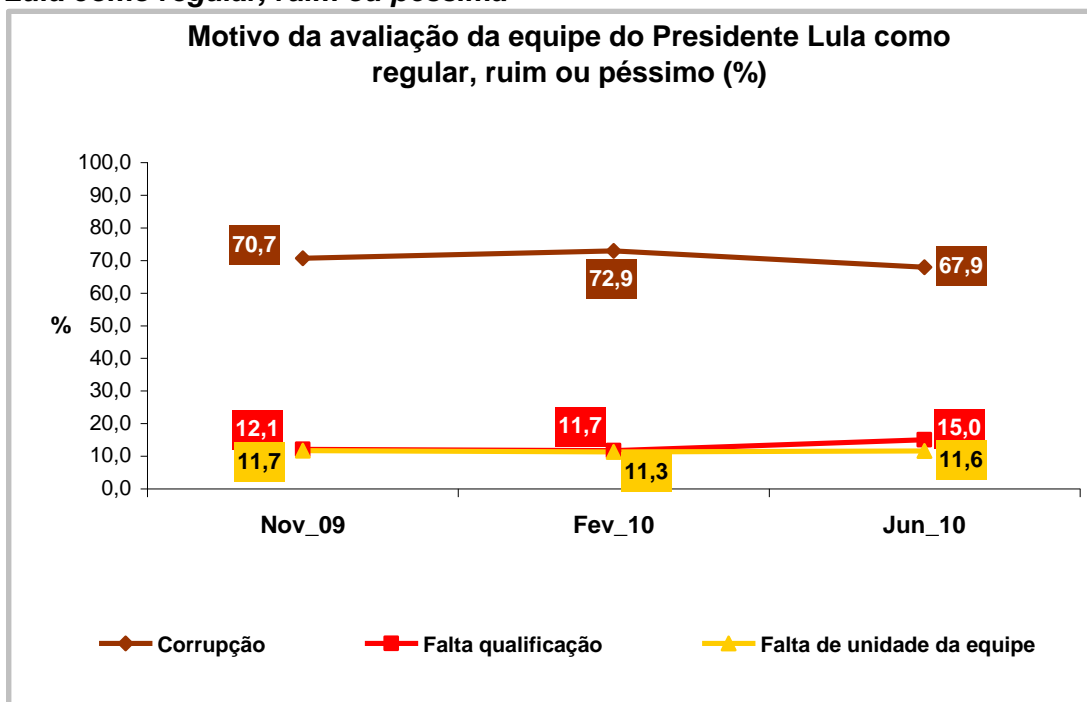
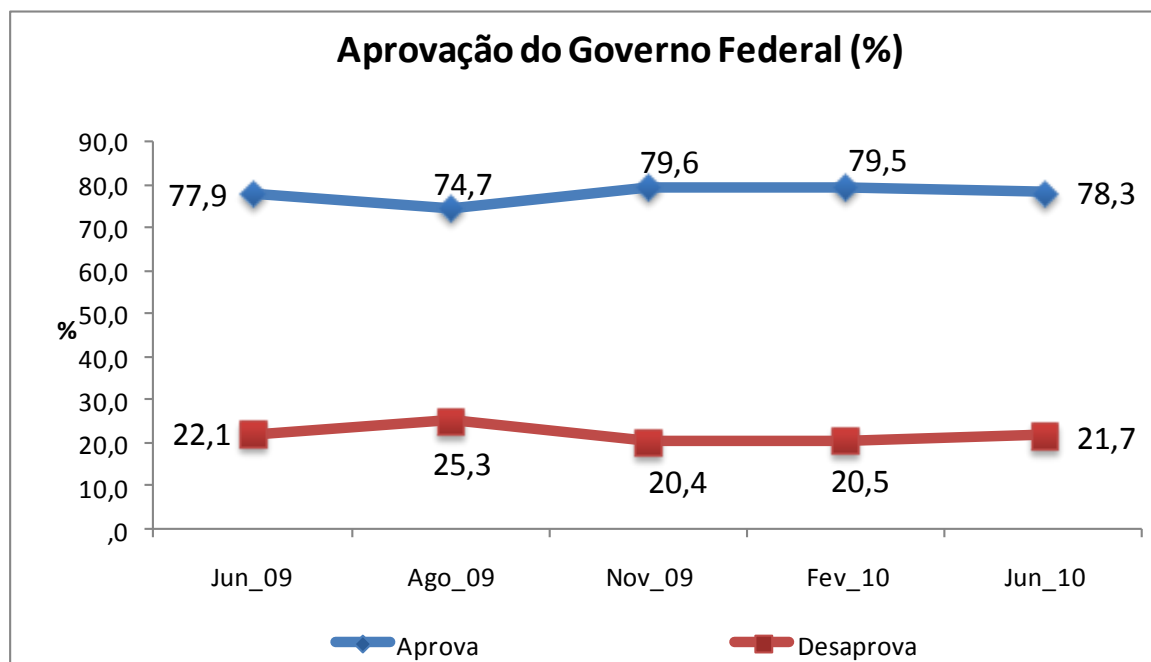


FIGURA 6.3 – Motivos da avaliação de desempenho do Presidente Lula como

FIGURA 6.4 – Motivos da avaliação de desempenho da equipe do Presidente Lula como regular, ruim ou péssima


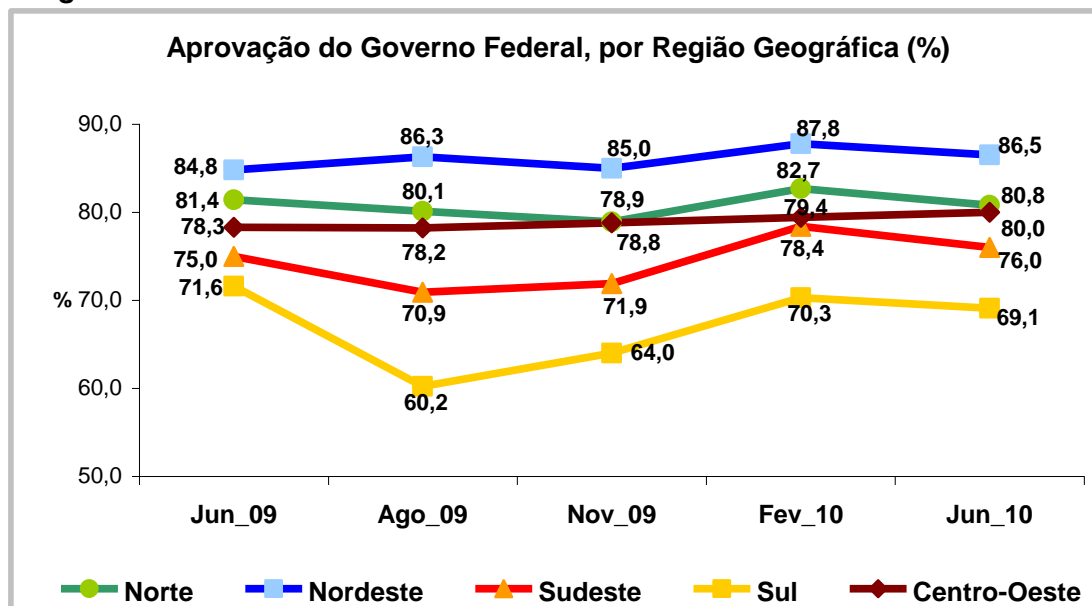
Manteve-se elevado e regular o nível de aprovação do Governo Federal, entre 74,7% e 79,6%, sendo 78,3% o percentual do atual levantamento.

FIGURA 6.5 – Aprovação do atual Governo Federal, histórico



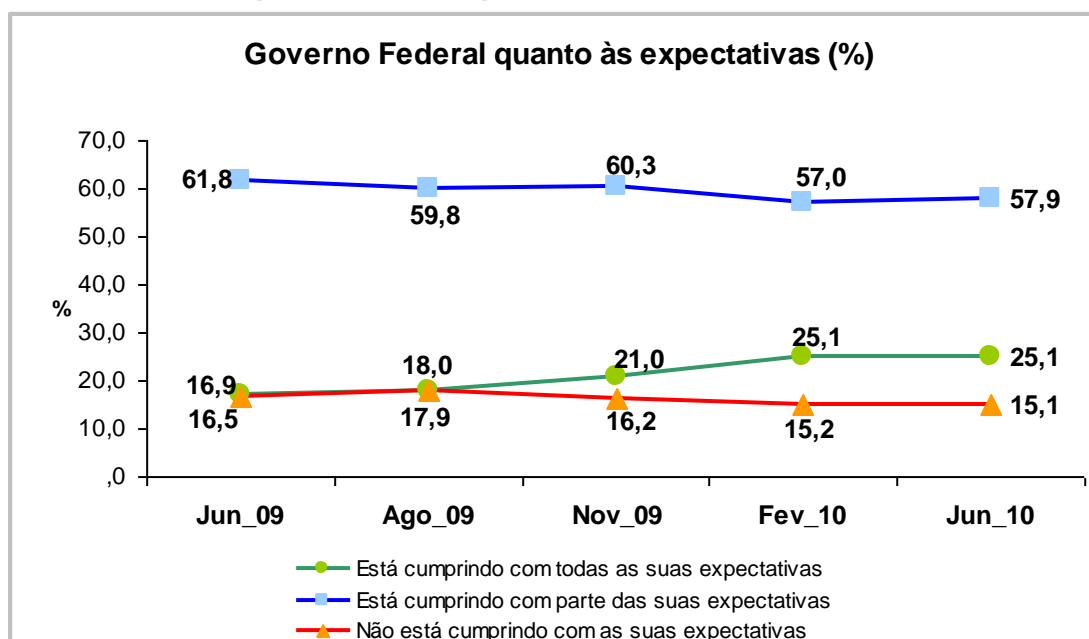
A comparação dos índices de aprovação atuais com aqueles levantados pelas pesquisas realizadas em períodos anteriores, por Região Geográfica, não apresentou variações significativas, apesar do leve declínio verificado em todas as regiões, com exceção da Região Centro-Oeste. Na comparação dos índices atuais com aqueles observados no mesmo período de 2009, também não se verificaram oscilações significativas: em todas as regiões os índices atuais são similares aos medidos um ano antes.

FIGURA 6.6 – Aprovação do atual Governo Federal, histórico por Região Geográfica

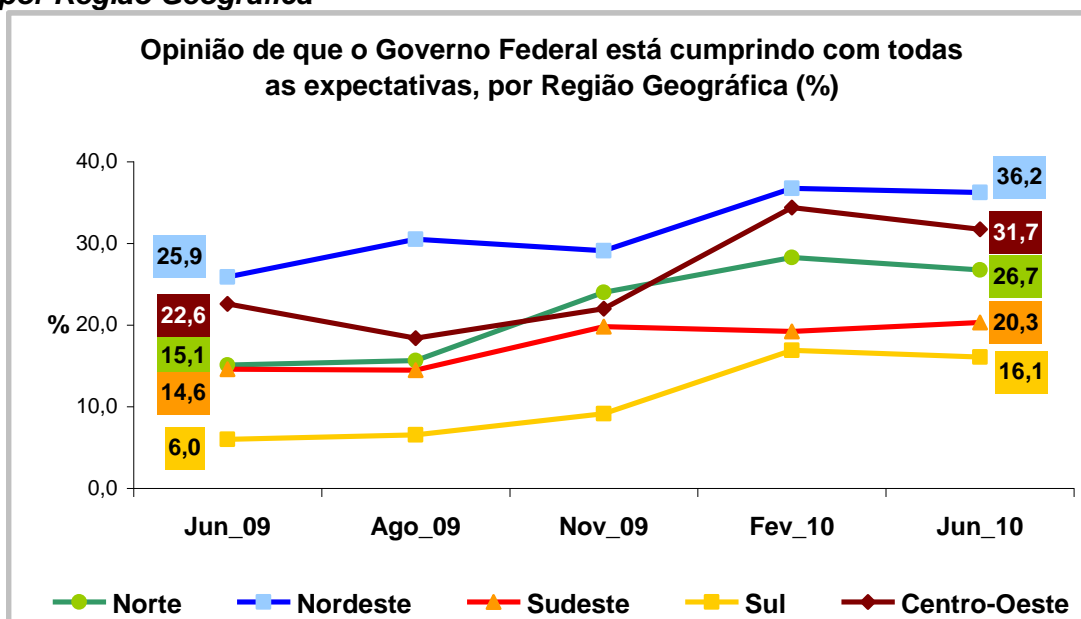


A percepção de que o governo está cumprindo parcialmente com as expectativas foi indicada por 57,9% da população brasileira. Outros 15,1% responderam que o Governo Federal não está correspondendo as suas expectativas, enquanto que para 25,1% dos entrevistados o atual Governo está cumprindo com todas as suas expectativas.

Comparando com as pesquisas realizadas anteriormente, observa-se neste último levantamento a interrupção da tendência de crescimento do percentual da população que afirma que o Governo Federal está cumprindo com todas as expectativas, se estabilizando em 25,1%.

FIGURA 6.7 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal, histórico


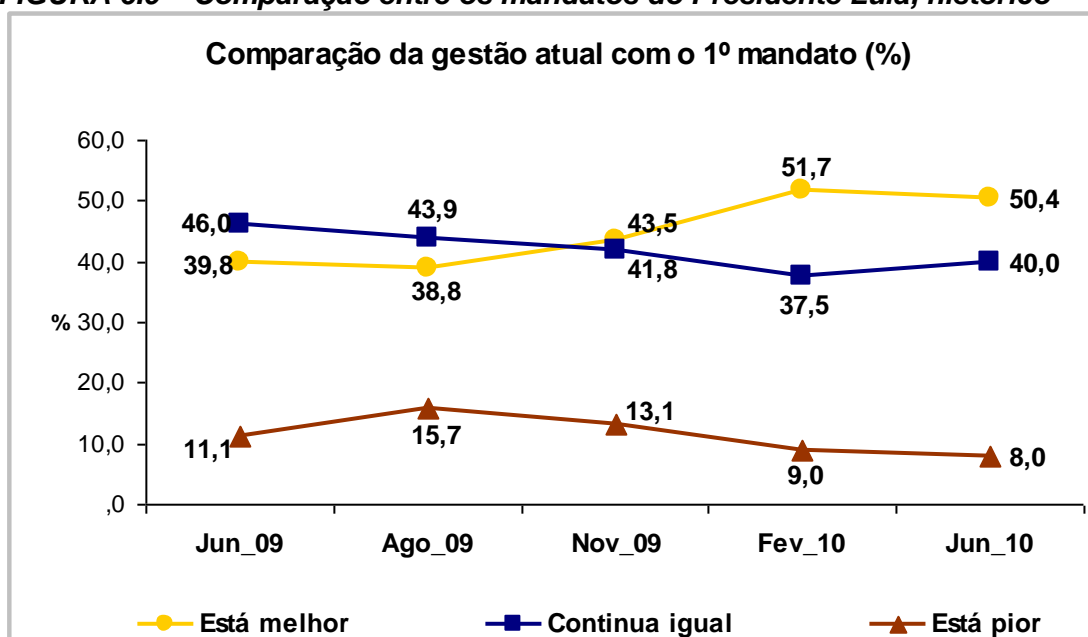
Comparando os dados atuais com aqueles observados no levantamento de junho de 2009, por Região Geográfica, se verificou um aumento significativo ($p\text{-valor} < 0,05$) na proporção da população que percebeu todas suas expectativas atendidas pelo atual Governo Federal, em todas as Regiões.

FIGURA 6.8 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal, histórico por Região Geográfica


A atual gestão do Presidente Lula, em comparação com o primeiro mandato, é considerada melhor por 50,4% da população brasileira. Outros 40,0% não perceberam mudança entre uma gestão e outra, enquanto que na opinião de 8,0% a gestão do segundo governo está pior.

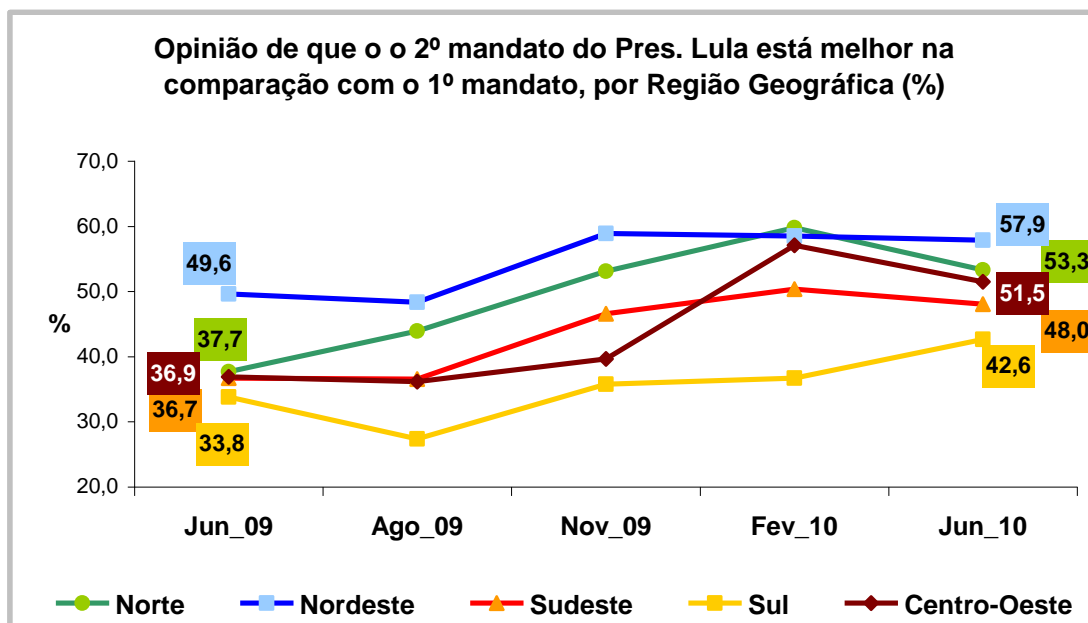
Na comparação histórica observou-se a tendência de crescimento dos percentuais de avaliação positiva da atual gestão do governo federal, ultrapassando em novembro de 2009 a proporção dos que consideram igual a primeira e segunda gestão do governo Lula. Nos últimos dois levantamentos, o percentual dos que percebem a atual gestão como melhor se manteve elevado (51,7% e 50,4%, respectivamente).

FIGURA 6.9 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula, histórico



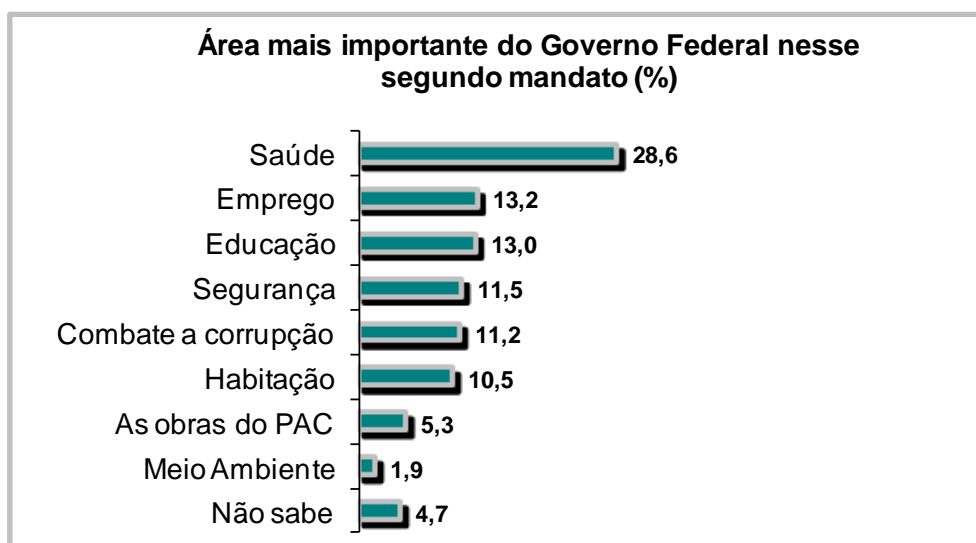
Comparando os dados atuais com aqueles observados no levantamento de junho de 2009, por Região Geográfica, verifica-se um aumento significativo ($p\text{-valor} < 0,05$) na proporção da população que considera o segundo mandato melhor do que o primeiro, em todas as Regiões.

FIGURA 6.10 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula, histórico por Região Geográfica



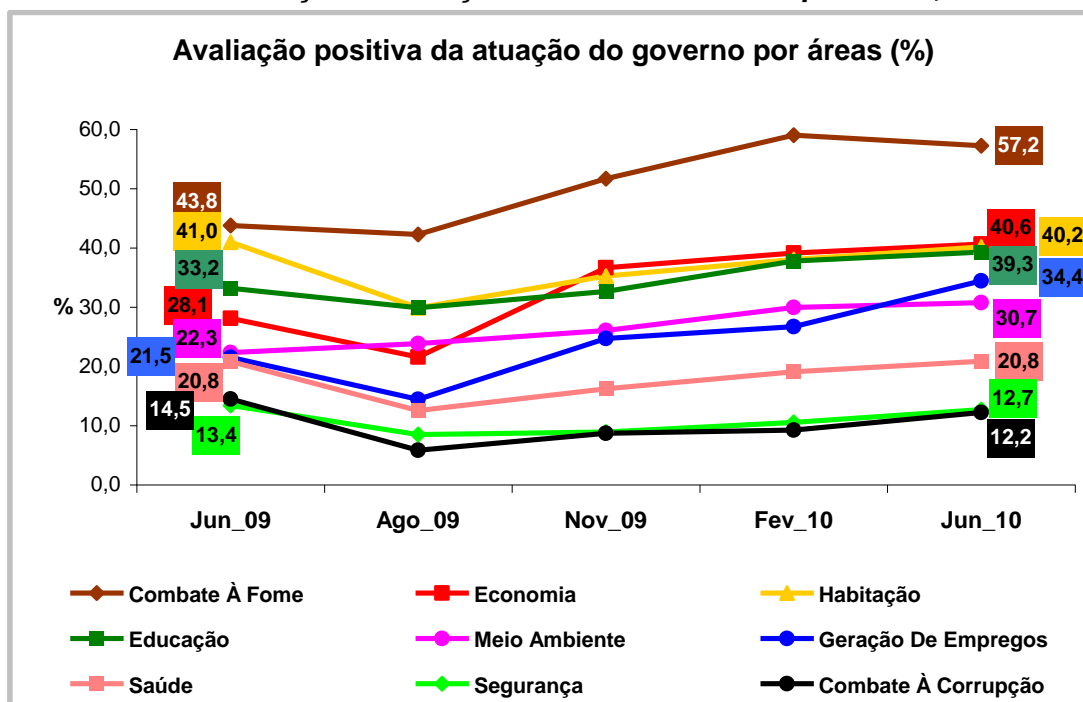
Na opinião da população brasileira, a saúde deve ser a área prioritária para a atuação do Governo Federal nesse segundo mandato (28,6%). A geração de emprego e a educação encontram-se em seguida no ranking, com 13,2% e 13,0% das indicações, respectivamente.

FIGURA 6.11 – Área considerada como a mais importante pelo Governo Federal nesse segundo mandato



A atuação do governo Federal avaliada positivamente em maior proporção na área de combate a fome: 57,2% da população que conhecem a atuação do governo nessa área a consideraram como ótima ou boa. A atuação do governo na economia foi avaliada positivamente por 40,6% da população.

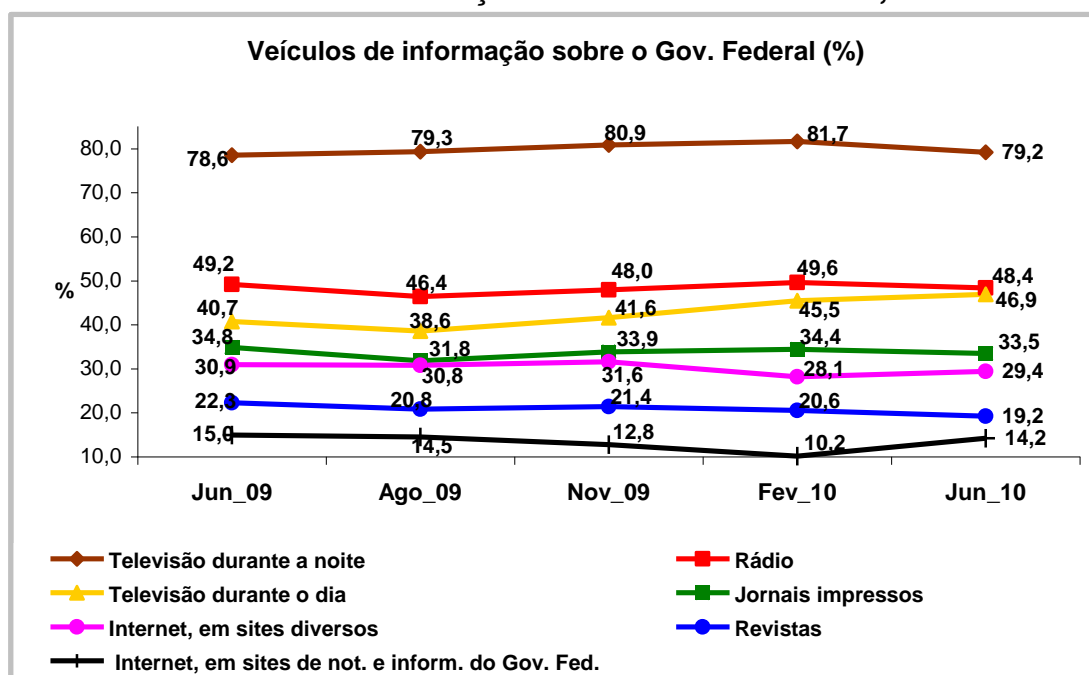
Na comparação com os resultados da pesquisa realizada no mês de junho de 2009, a maior parte das áreas avaliadas apresentou aumento na proporção de avaliação positiva: a atuação na área de combate a fome era avaliada como boa ou ótima por 43,8% da população brasileira, em junho de 2009 (passando para 57,2% em junho de 2010). A avaliação positiva da atuação na área econômica passou de 28,1% em junho de 2009 para 40,6% atualmente. A avaliação positiva da atuação na área de geração de empregos passou de 21,5% em junho de 2009 para 34,4% atualmente. A atuação na área do meio ambiente, que em junho de 2009 era avaliada positivamente por 22,3% da população que conheciam a atuação do governo na área, agora é assim avaliada por 30,7% da população. A mesma tendência foi verificada na área da educação, passando de 33,2% de avaliação positiva em junho de 2009 para 39,3% em junho de 2010. A área da saúde manteve o mesmo percentual de avaliação positiva, na comparação com o levantamento de junho de 2009, e as áreas da habitação e combate a corrupção apresentam um declínio nos percentuais de avaliação positiva.

FIGURA 6.12 – Avaliação da atuação do Governo Federal por áreas, histórico


7. FONTES DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

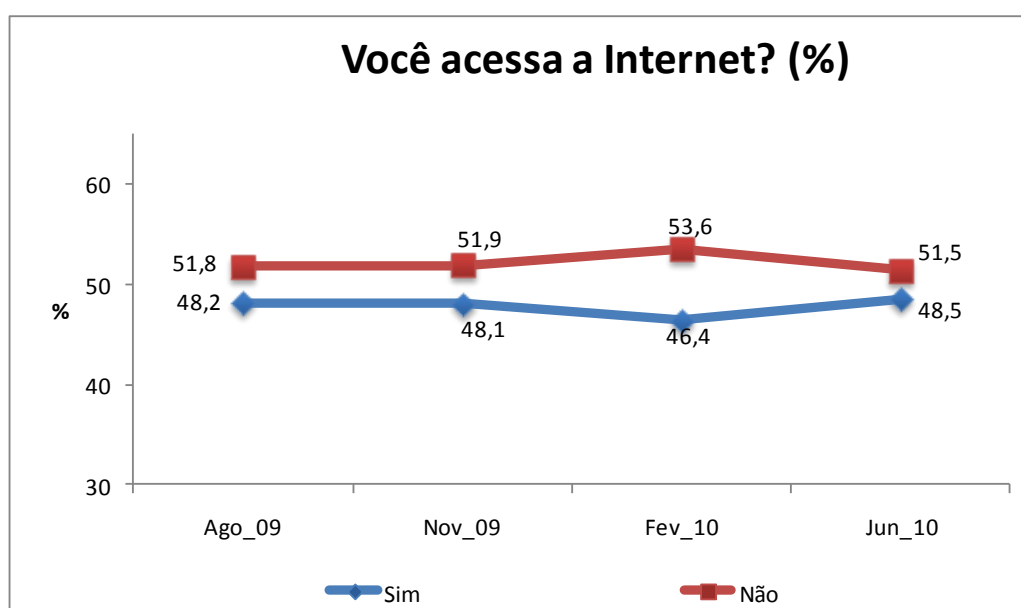
Entre os principais veículos utilizados como fonte de informações sobre o Governo Federal destaca-se a televisão, durante a noite, utilizada por 79,2% da população brasileira, seguida pelo rádio, 48,4%. Os sites do Governo Federal são utilizados por 14,2% da população. As mesmas tendências já haviam sido verificadas nas pesquisas anteriores. Observou-se grande regularidade das respostas no período estudado.

FIGURA 7.1 – Veículos de informação sobre o Governo Federal, histórico

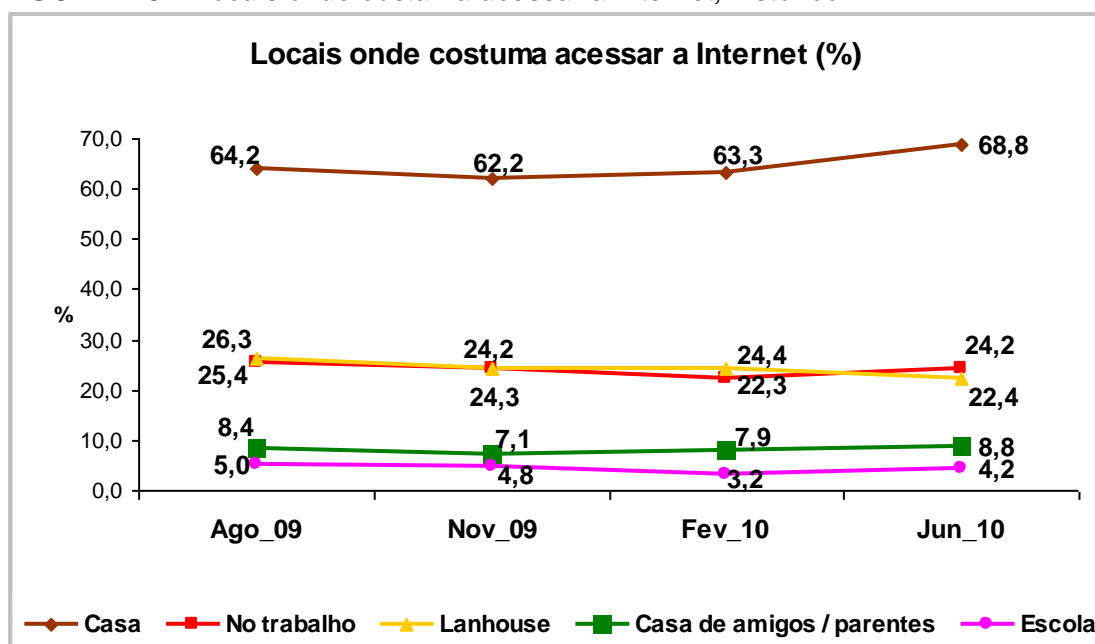


A Internet é um meio de informação acessado por parcela expressiva da população: 48,5% afirmaram serem usuários da Internet. Em pesquisas realizadas em períodos anteriores foram verificadas proporções que não diferem significativamente da proporção atual.

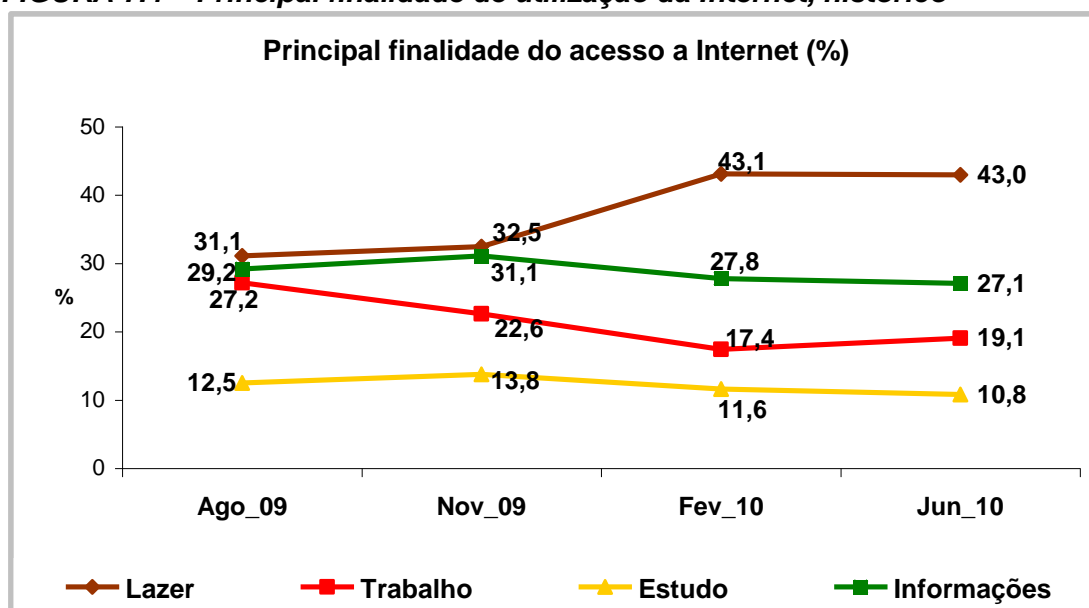
FIGURA 7.2 – Utilização da internet, histórico



O local de acesso a internet mais comum entre os usuários da rede é a própria residência (68,8%). Outra parcela considerável desses usuários acessa a rede no trabalho (24,2%) e outros 22,4% através de *Lan-Houses*. Tendências similares foram observadas nas pesquisas realizadas anteriormente, verificando-se ainda uma tendência de aumento no número de usuários domésticos (que possuem acesso em sua própria residência).

FIGURA 7.3 – Locais onde costuma acessar a Internet, histórico


O lazer é a finalidade que ocupa a maior parte do tempo de acesso de 43,0% dos usuários da Internet, seguido pela busca de informações (27,1%). Observou-se considerável elevação dos percentuais de entrevistados que indicaram o lazer como principal finalidade de uso da Internet (no primeiro levantamento 31,1% haviam respondido desta forma).

FIGURA 7.4 – Principal finalidade de utilização da Internet, histórico


8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir serão apresentadas, de forma tópica, breve e resumida, as considerações finais desta pesquisa, resultantes da análise do conjunto dos dados coletados.

- 1) Os resultados da presente pesquisa e a análise do período de um ano de acompanhamento sobre os vários aspectos das percepções da situação do país na atualidade e da atuação do Governo Federal apontam para o crescimento significativo dos percentuais de avaliação positiva. A melhoria da qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos foi percebida por proporção relativamente maior de entrevistados, passando de 53,8% em junho de 2009 para 67,2% em junho de 2010. Corroborando esta avaliação positiva, a percepção de que os salários vêm aumentando nos últimos anos passou de 47,9% em junho de 2009 para 61,5% em um ano depois. A situação financeira individual também indicou clara tendência de crescimento das avaliações positivas: em junho de 2009 20,7% da população brasileira consideravam que sua situação financeira individual havia melhorado nos últimos seis meses; agora, um ano depois, esse percentual alcançou 36,2%. A análise do histórico desses aspectos por Região Geográfica evidencia aumentos significativos nas avaliações positivas em todas as regiões.
- 2) A situação relativamente melhor também é indicada pela tendência de crescimento da expectativa otimista quanto ao futuro do país: em junho de 2009 46,4% da população acreditavam que a situação do Brasil iria melhorar nos próximos cinco anos; já em junho de 2010 esse percentual subiu para 50,8%.

- 3) Em função desse quadro de otimismo observou-se também uma tendência de crescimento da proporção de entrevistados que avaliaram a situação do país positivamente, passando de 31,6% em junho de 2009 para 44,0% atualmente. A análise do histórico de avaliações positivas (ótimo ou bom) da situação do país por Região Geográfica aponta para uma tendência de elevação em todas as regiões, na comparação com o levantamento realizado no mesmo período do ano de 2009. A diferença na proporção da população que avalia a situação atual do país como ótima ou boa difere significativamente entre os dois períodos em todas as regiões, com exceção da Região Norte, onde não há evidências de diferença significativa entre os dois períodos.
- 4) A saúde destacou-se como o principal problema do país (opinião de 36,0% da população) e também como a área prioritária desse segundo mandato do Presidente Lula (opinião de 28,6% da população). A área de segurança e a temática da corrupção completam a lista de principais problemas, mantendo-se a tendência de levantamentos anteriores.
- 5) O cenário predominante otimista dos indicadores da situação do país nestes 12 meses de acompanhamento dos níveis de satisfação e avaliação relacionados ao crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população, aumento dos salários em geral, aumento do poder de compra e diminuição da pobreza, impulsionou de forma significativa a tendência de crescimento dos índices de avaliação positiva do Governo Federal, do Presidente Lula e da equipe do Governo, sendo que a avaliação positiva da equipe de Governo do presidente Lula ultrapassou a barreira dos 50% pela primeira vez desde que os levantamentos passaram a ser realizados.
- 6) A avaliação positiva do Governo Federal passou de 49,2%, verificado em junho de 2009, para 64,4% em junho de 2010, um aumento

significativo de 15,2%. A mesma tendência se verificou na proporção de avaliação positiva do desempenho do Presidente Lula, que após um ano passou de 60,5% para 76,2%, um acréscimo significativo de 15,7%. O mesmo ocorreu com o índice de avaliação da equipe do governo federal, passando de 35,3% em junho de 2009 para 53,6% em junho de 2010, um aumento significativo de 18,3%.

- 7) Os principais fatores responsáveis pela avaliação negativa do Governo Federal, do Presidente Lula e da equipe de governo, apontado pela parcela da população que avaliou a atuação como regular, ruim ou péssimo, se manteve sendo a corrupção e a falta de empenho do Governo Federal em combater a mesma.
- 8) A aprovação significativamente mais elevada também foi observada em relação ao desempenho positivo da atuação do Governo Federal em relação aos programas avaliados (Escolas Técnicas Federais, Bolsa Família, Farmácia Popular Pró-Jovem, Samu, Prouni e Pronsci). Todos os programas, com exceção do Pro-uni, apresentaram aumento significativo nas proporções de avaliação positiva na comparação dos níveis de avaliação atuais com aqueles observados no levantamento de junho de 2009.
- 9) A proporção de entrevistados que têm algum conhecimento sobre o PAC permaneceu em níveis estáveis neste período de um ano, passando de 48,8% em junho de 2009 para 50,3% atualmente, superando pela primeira vez o percentual daqueles que não conhecem ou não tem certeza se conhece o programa. A avaliação positiva do PAC, que em junho de 2009 era 53,0%, passou para 59,1% no levantamento atual, apresentando uma variação significativa entre os dois períodos.

- 10) Uma parcela expressiva da população brasileira afirmou já ter ouvido falar no Programa Minha Casa Minha Vida (82,2%), apresentando um aumento significativo na comparação com a proporção verificada em agosto de 2009, quando era 70,6%.
- 11) As fontes de informação sobre o Governo Federal apresentaram as mesmas tendências verificadas em levantamentos anteriores, destacando-se os meios tradicionais - televisão (à noite, principalmente), rádio e jornal impresso. Não houve oscilações significativas referentes às fontes de informação sobre o governo quando comparados os períodos de junho de 2009 com junho de 2010.
- 12) A Internet é acessada por 48,5% da população brasileira, proporção similar aquelas verificadas nos levantamentos anteriores. Entre os usuários de internet, 68,8% são os chamados usuários domésticos, ou seja, acessam a rede em suas próprias residências. Estes dados mantêm o indicativo de que praticamente metade da população brasileira maior de 16 anos acessa a Internet, justificando a relevância deste meio como instrumento para potencializar os esforços de comunicação do Governo Federal junto à população.
- 13) A avaliação do nível de conhecimento da população brasileira relacionado ao *crack* mostrou-se elevado (65,8%). No entanto, uma proporção expressiva dessa população (44,2%) respondeu não saber do que se trata essa palavra. A Região Sul apresenta o maior nível de conhecimento sobre a droga (75,1%). Já na Região Norte essa proporção é de 54,9%, e na Região Nordeste 56,9%.
- 14) Os níveis de conhecimento sobre o que é o *crack* apresentaram evidências de relação significativa com a faixa etária do entrevistado e com a situação de domicílio (urbano/rural). A população mais jovem

apresentou níveis de conhecimento maiores sobre a droga: entre a população de 16 a 24 anos 75,1% sabem o que é o *crack*, ao passo que entre a população de 50 anos ou mais essa proporção declinou para 48,0%. Da população urbana 67,0% responderam saber o que é o *crack*, enquanto que entre a população rural essa proporção foi de 57,9%.

- 15) A parcela da população que sabe o que é o *crack*, em sua maioria também sabe que essa droga pode matar (96,6%). A maioria da população que conhece ou sabe o que é o *crack* também sabe que ao fumar a droga, mesmo que uma única vez, a pessoa pode se tornar dependente (88,0%).